

FACULDADE DOCTUM DE VITÓRIA – DOCTUM  
CURSO ADMINISTRAÇÃO

DÉBORA CARVALHO DA CUNHA  
EMANUELI CARVALHO DA CUNHA OLIVEIRA

**MERCADO INFORMAL: A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO “CNPJ”**

VITÓRIA, ES  
2016

DÉBORA CARVALHO DA CUNHA  
EMANUELI CARVALHO DA CUNHA OLIVEIRA

**MERCADO INFORMAL: A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO “CNPJ”**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Doctum de Vitória,  
como requisito para obtenção do Título de  
Bacharel em Administração.

VITÓRIA, ES  
2016

DÉBORA CARVALHO DA CUNHA  
EMANUELI CARVALHO DA CUNHA OLIVEIRA

**MERCADO INFORMAL: A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO “CNPJ”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Doctum de Vitória, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Aprovadas em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Wemerson Santos Corsa  
Faculdade Doctum de Vitória - DOCTUM  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Sheyla Valkiria Dias Passoni  
Faculdade Doctum de Vitória - DOCTUM

---

Prof. Gustavo Caverzan  
Faculdade Doctum de Vitória - DOCTUM

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à Deus, pelo dom da vida e por me conceder momentos tão especiais como a conclusão deste curso.

Dedico aos meus pais pelo amor incondicional.

Dedico ao Júnior, meu amor, por ser benção na minha vida.

**Débora Carvalho da Cunha**

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu folego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Aos meus pais Robério e Amélia, que me proporcionaram uma boa infância e vida acadêmica, formaram os fundamentos do meu caráter e me apontaram os bons caminhos da vida a seguir.

Ao meu Esposo Maicon, meu companheiro, aquele que representa minha segurança em todos os aspectos, o abraço espontâneo e tão necessário em momentos bons e ruins. Pela paciência, carinho e dedicação.

**Emanuelli Carvalho da Cunha Oliveira**

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste trabalho contamos com a ajuda de pessoas muito especiais.

Agradeço ao meu amor, o Júnior, pela paciência, pela compreensão, pelo companheirismo em todos os momentos da elaboração deste trabalho.

Agradeço ao Professor Wemerson, pela orientação que foi fundamental nos momentos finais do trabalho.

Agradeço aos meus pais, Robério e Amélia, por sempre me apoiar, por me acompanhar em mais essa conquista e por me orientar a ser uma pessoa do bem.

Até aqui nos ajudou o Senhor.

Obrigada!

### **Débora Carvalho da Cunha**

Agradeço aos meus pais, meu esposo Maicon, familiares e amigos, que nos ajudaram no desenvolvimento deste trabalho, mesmo que indiretamente, com o apoio e paciência ao ouvir nossas dúvidas e aflições.

Ao nosso orientador, Wemerson, pela dedicação e paciência nos atendimentos. A todos os professores pelas dicas e orientações prestadas, que mesmo não sendo nossos orientadores, disponibilizaram um pouco de seu tempo para nos atender, o que nos levou ao desenvolvimento de muitas ideias. As empresas entrevistadas, pela disponibilidade e atenção em fornecer as informações necessárias para a realização deste trabalho.

### **Emanuelli Carvalho da Cunha Oliveira**

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu.

Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou;

Tempo de matar, e tempo de curar; tempo de derrubar, e tempo de edificar;

Tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de prantear, e tempo de dançar;

Tempo de espalhar pedras, e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar, e tempo de afastar-se de abraçar;

Tempo de buscar, e tempo de perder; tempo de guardar, e tempo de lançar fora;

Tempo de rasgar, e tempo de coser; tempo de estar calado, e tempo de falar;

Tempo de amar, e tempo de odiar; tempo de guerra, e tempo de paz.

## RESUMO

O objetivo do estudo é demonstrar aos pequenos empreendedores o caminho mais prático para sua formalização, como se registrar uma empresa, quais seus custos médios e como sobreviver no mercado em meio à crise atualmente existente no nosso país. Mostrar o que é ser um empreendedor e qual a forma de registro mais adequada a cada tipo de investimento e ao que se almeja como empreendedor a curto e longo prazo. Como fazer para alinhar um bom projeto com a realização bem sucedida do mesmo. Na pesquisa de campo buscamos profissionais de diversos ramos e atividades já registradas como Microempresa e Microempreendedor Individual para demonstrar quais são seus níveis de satisfação, bem como seus índices de investimentos futuro. Verifica-se que na maioria dos casos os profissionais estão satisfeitos com os resultados alcançados e tem planos de serem geradores de emprego num futuro próximo. Em resumo busca-se demonstrar o que é empreender, como empreender e como estar formalizado é importante para o crescimento e satisfação profissional dos pequenos investidores. O Registro CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) vai muito além de uma imposição do governo, estar alinhado junto ao fisco é estar aberto às oportunidades de crescimento impostas pelo mercado comercial atualmente.

**Palavras-chave:** Formalização. Microempresa. Microempreendedor Individual.

## ABSTRACT

The study objective is to demonstrate to small entrepreneurs the most practical way to its formalization as register a company, what their average costs and how to survive in the market amid the current crisis existing in our country. Show what being an entrepreneur and what the most appropriate form of registration for each type of investment and who craves as an entrepreneur in the short and long term. How to align a good project to successful completion. In the field research, we seek professionals from various branches and activities already registered as Micro and Micro-entrepreneur Single to demonstrate what their levels of satisfaction as well as their levels of future investment. We can see that in most cases the professionals are satisfied with the results and plans to be employment generators in the near future. In short we seek to demonstrate what is undertaken, as to undertake and how to be formalized is important for growth and job satisfaction of small investors. Align the CNPJ (National registry of a legal person) registration goes far beyond a government levy, with the tax authorities is to be open to growth opportunities imposed by the current commercial market.

**Keywords:** Drawing. Micro enterprise. Single microenterprise.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Para se tornar um empreendedor de sucesso é preciso:.....	31
Figura 2 – Fatores que influenciam no processo empreendedor .....	33
Figura 3 – Lei Geral das Microempresas .....	34
Figura 4 – Como abrir uma microempresa.....	38
Figura 5 – Microempreendedor Individual .....	41
Figura 6 – Registro e Cadastro .....	43

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisa IBGE/SEBRAE .....	22
Gráfico 2 – Sonham em ser donos do próprio negócio .....	28
Gráfico 3 – Pretendem empreender nos próximos cinco anos.....	29
Gráfico 4 – Taxa total de empreendedorismo no Brasil .....	29
Gráfico 5 – Carga Tributária Bruta por esfera de Governo, 2010-2015 (% do PIB) .	39
Gráfico 6 – Classificação da Empresa .....	48
Gráfico 7 – Ramo de Atividade.....	49
Gráfico 8 – Valor do Investimento .....	50
Gráfico 9 – Prazo de Retorno do Investimento.....	51
Gráfico 10 – Utilização dos Serviços/Produtos.....	52
Gráfico 11 – Riscos do Negócio .....	53
Gráfico 12 – Faturamento Mensal .....	54
Gráfico 13 – Pensa em gerar empregos .....	55
Gráfico 14 – Pretende mudar de Regime .....	56
Gráfico 15 – Planeja ter quantos Funcionários.....	57
Gráfico 16 – MEI – Geração de empregos X Mudança de Regime.....	58
Gráfico 17 – Está Satisfeito com o Negócio .....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vantagens .....	45
Quadro 2 – Diferenças entre ME e MEI .....	46

## LISTA DE SIGLAS

ART – Artigo

CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DASN – Declaração Anual Simples Nacional

EPP – Empresa de Pequeno Porte

ES – Espírito Santo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS – Imposto Sobre Serviços

JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

ME – Microempresa

MEI – Microempreendedor Individual

P – Página

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

REGIN – Registro Geral Integrado

RFB – Receita Federal do Brasil

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFAZ – Secretária da Fazenda

SIMEI – Sistema Microempreendedor Individual

SOFTEX – Sociedade Brasileira para Exportação de Software

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>18</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
3.1 EMPREENDEDORISMO .....	23
3.1.1 Conceito .....	23
3.1.2 O surgimento do empreendedorismo .....	24
3.1.3 O empreendedorismo no Brasil .....	27
3.1.4 O que é empreender? .....	30
3.1.5 Como empreender? .....	32
3.1.6 Empreendedor e a Regularização (CNPJ) .....	33
3.2 MICROEMPRESA .....	34
3.2.1 O que é Microempresa? .....	36
3.2.2 Tipo de registro .....	36
3.2.3 Custo da Formalização .....	37
3.2.4 Órgãos envolvidos na formalização .....	37
3.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL .....	38
3.3.1 O que é Microempreendedor Individual? .....	40
3.3.2 Tipo de registro .....	41
3.3.3 Custo da Formalização .....	42
3.3.4 Órgãos envolvidos na formalização .....	42
3.4 DIFERENÇAS ENTRE MICROEMPRESA E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL .....	43
3.4.1 Vantagens da formalização .....	44
3.4.2 Principais diferenças .....	46
3.5 LEI COMPLEMENTAR 155/2016 .....	47
<b>4 REFERENCIAL PRÁTICO</b> .....	<b>48</b>

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA .....	48
4.2 RAMO DE ATIVIDADE.....	49
4.3 VALOR DO INVESTIMENTO INICIAL .....	49
4.4 PRAZO DE RETORNO DO INVESTIMENTO .....	50
4.5 UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS.....	51
4.6 RISCOS DO NEGÓCIO .....	52
4.7 FATURAMENTO MENSAL .....	53
4.8 PENSA EM GERAR EMPREGOS .....	54
4.9 PRETENDE MUDAR DE REGIME.....	55
4.10 PLANEJA TER QUANTOS FUNCIONÁRIOS .....	56
4.11 ESTÁ SATISFEITO COM O NEGÓCIO .....	58
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>60</b>
5.1 DELINEAMENTO DA AMOSTRA .....	60
<b>5.1.1 Definição do tipo de pesquisa quanto aos objetivos .....</b>	<b>60</b>
<b>5.1.2 Definição do tipo de pesquisa quanto à abordagem.....</b>	<b>61</b>
5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA .....	61
5.3 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DA COLETA .....	61
5.4 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	61
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O emprego informal é aquele no qual o cidadão trabalha sem condições regulamentadas pelas leis trabalhistas brasileiras, ou seja, o trabalhador que não possui registro em Carteira de Trabalho, passa a não usufruir de benefícios que lhe são garantidos através da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), tais como FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), Férias Remuneradas, 13º Salário, Auxílios Previdenciários tais como: Licença Maternidade, Licença Médica, Aposentadoria por tempo de Trabalho, entre outros. Geralmente o emprego informal se encontra no setor terciário da economia do país, conhecida como prestação de serviços. Em meio a tantos problemas econômicos financeiros, o que se pode fazer para sobreviver na construção desse caos que há no país, onde o desemprego só aumenta e a informalidade cresce?

Segundo a Agência Brasil,

Esse fenômeno tem a ver com a reação defensiva do trabalhador diante de um mercado de trabalho em crise, em que as empresas estão demitindo e deixando de contratar. Aí, a reação deles ante a dificuldade de encontrar emprego é buscar algum tipo de renda por meio de um micro empreendimento ou alguma atividade que se configura como por conta própria, e continuar contribuindo para a Previdência Social, mas agora não mais como um empregado formal (AGÊNCIA BRASIL, Acesso em 17 out. 2016).

O mercado de trabalho tem demonstrado cada dia mais que há válvulas de escape para contornarmos os problemas financeiros. Pequenos empreendedores tem hoje formas práticas de se tornarem empresários de sucesso com suas microempresas e incentivos do governo para que as empresas se registrem no CNPJ. Há expectativas e meios legais de usar essas conhecidas válvulas, ou seja, o trabalho informal, em situações favoráveis e confortáveis de sobrevivência.

Muitos pequenos empreendedores vêm surgindo através dessa necessidade, porém nem todos sabem quais as vantagens que a legislação oferece para a formalização das pequenas empresas. O apoio financeiro (empréstimos facilitados), a ajuda



estrutural administrativa (SEBRAE) e a profissionalização, entre outros pontos relevantes, são algumas das facilidades que visam para melhorar o quadro econômico brasileiro.

O principal ponto de partida do nosso trabalho é estudar formas simples de incentivar pequenos empreendedores a registrarem suas empresas e aproveitarem os benefícios mercadológicos, ajudando-os a entender que independente dos motivos que os levem à decisão de estarem no mercado informal, melhores serão os benefícios adquiridos se decidirem estruturar suas empresas com ajuda séria e competente.

Conforme Degen (1989), há vários motivos para que as pessoas queiram iniciar o próprio negócio, dentre eles podemos destacar a vontade de mudar de rotina e de ganhar mais dinheiro do que ganhariam empregados, a vontade de ser o próprio patrão, a necessidade de provar que é capaz dessa realização e os benefícios que um empreendimento pode trazer.

Fazer sua própria agenda, cumprir seus próprios horários, dedicar-se a algo que realmente lhe dê prazer e conforto são pontos que levam os cidadãos a procurarem o trabalho informal, além de fugir da rotina diária, muitas vezes estressante e cansativa, embora os riscos do início do projeto sejam enormes quando não planejados de forma correta.

Estruturar-se, pesquisar a necessidade do mercado e fazer uma prévia de quanto será a média mensal de renda são pontos importantes a serem analisados antes da tomada de decisão. O trabalho informal muitas vezes sofre pelo amadorismo, risco ocorrido pela necessidade de sobrevivência financeira. Sendo que, trabalhando de forma correta, pode ser um grande projeto empresarial sendo colocado em prática.

Histórias de brasileiros que abrem mão do mercado formal para criar sua própria empresa têm se tornado comuns no nosso dia-a-dia. São pequenos comércios e/ou prestadores de serviços que movimentam o conhecido “Mercado Informal”. O Registro CNPJ serve, nesse contexto, para amparar legalmente o empreendedor, possibilitando-o a livre concorrência de mercado. Com o crescimento da terceirização muitas empresas preferem trabalhar com empresas registradas devido ao amparo legal em face aos riscos fiscais e pessoais. Caso uma empresa contrate

um trabalhador informal, ela se compromete a suprir quaisquer riscos operacionais, por alegação de vínculo empregatício.

A crise no mercado de trabalho e financeiro do Brasil tem empurrado cada vez mais os trabalhadores brasileiros a criarem formas de sobrevivência e a buscarem alternativas para manterem-se ativos no sistema produtivo da sociedade econômica. Atualmente, o mercado tem registrado um dos maiores números de demissões nos últimos 25 anos no país.

A taxa de desocupação trimestral está subindo há 17 meses consecutivos em comparação ao ano anterior, segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. “Para cada posto de trabalho que se perdeu, isso gerou duas procuras de trabalho em um ano”, afirmou. A Pnad entrevista 211 mil domicílios em 3.464 municípios e 15.756 setores do país.

A população desocupada bateu os 11,4 milhões e atingiu o maior número da série. Em relação ao trimestre encerrado em janeiro, o contingente cresceu 18,6% e frente ao mesmo trimestre de 2015, subiu 42,1%.

Se o número de desempregados aumenta, diminuiu o número de empregados. No trimestre encerrado em abril, a população ocupada somou 90,6 milhões de pessoas, indicando uma queda de 1,1% sobre o trimestre anterior e de 1,7% sobre o mesmo período do ano passado - a maior baixa da série, segundo o IBGE.

Você perdeu 1,5 milhão de postos de trabalho e aumentou 3,4 milhões de pessoas à procura por emprego, explicou Azeredo.

Dessa quantidade de pessoas que seguem empregadas, o número daqueles que estão no setor privado com carteira assinada também recuou: 1,8% em comparação com o trimestre anterior e 4,3% em relação ao trimestre encerrado em abril do ano anterior (GLOBO, g1, Acesso em 15 out. 2016).

Devido a essa situação, os cidadãos têm se aproveitado das suas habilidades extracurriculares partindo para o mercado informal. A busca por esses tipos de trabalhos informais representam em média 19,5% de todas as ocupações funcionais no país, esses trabalhadores têm uma renda mensal inferior a R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) – se considerarmos as principais cidades do Brasil, um dos maiores níveis nos últimos 8 anos, segundo fontes do IBGE em Janeiro de 2015 (BRASIL ECONÔMICO, Acesso em 15 jun. 2016).

## 2 OBJETIVOS

Para definir a estrutura legal de uma empresa, é necessário enquadrá-la quanto à sua constituição jurídica (Lacruz, 2006). Alguns pequenos empresários que estão no mercado informal ainda não sabem quais são as exigências burocráticas para a realização do registro empresarial. Mas seria por desinformação ou simplesmente por desinteresse na formalização? O mercado tem demonstrado a importância de se possuir o CNPJ e mantê-lo em ordem junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Um dos principais pontos observados é o poder de concorrer abertamente na prestação de serviços com outras empresas através da emissão de documento fiscal hábil, o que gera credibilidade e segurança às suas ações. O Governo por sua vez, incentiva a regularização disponibilizando diversas linhas diretas de créditos específicas para ajudar no crescimento dos seus negócios, sendo assim aumentando o poder de investimento na sua linha de produção.

Tornar-se pessoa jurídica nada mais é do que dar vida legal a uma empresa. É fazer com que ela seja vista e fique acessível às demais empresas e pessoas físicas, e tenha o direito de concorrer diretamente no mercado. O registro no CNPJ é a certidão de nascimento de uma empresa, junto a esse registro nascem também as obrigações legais onde o empresário deve manter seus controles de gestão junto aos órgãos do governo que farão os seus devidos acompanhamentos para o crescimento da mesma.

Ter o CNPJ é mostrar profissionalismo e credibilidade facilitando as relações no comércio livre. A empresa ganha poder de negociação e agilidade nas parcerias, além de ter facilidades com créditos bancários para planejamento futuro e desenvolvimento estrutural. Por se tratar de um cadastro único, a empresa pode negociar com todas as empresas existentes no país e desfrutar de descontos oferecidos às pessoas jurídicas nas relações comerciais entre si e ainda pode participar de licitações e leilões empresariais que prestam serviços diretamente ao governo (Federal, Estadual ou Municipal). Embora muitos acreditem que a Nota Fiscal sirva somente para o controle do governo e para pagar mais impostos, trabalhar na formalidade, ou seja, emitir Notas Fiscais dá a devida segurança ao

empresário em casos de fraudes fiscais dos seus fornecedores/clientes em possíveis fiscalizações dos órgãos governamentais.

## 2.1 OBJETIVO GERAL

Criar um paralelo sobre as modalidades MICROEMPRESA x MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, identificando quais são as limitações e necessidades exigidas para se efetuar o registro de cada um desses tipos de regimes empresariais. Conforme SEBRAE (Acesso em 19 set. 2016), a forma jurídica determina como a empresa será tratada pela lei.

## 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Nosso objetivo é apresentar informações válidas aos futuros empresários, que os ajudem a entender o que significa a formalização empresarial, quais suas obrigações junto aos órgãos e quais os benefícios que podem ser alcançados.

Iremos destacar as possibilidades de Registros de uma pequena empresa, conforme a orientação legal; orientar o empreendedor para que o pequeno projeto se torne um negócio de sucesso; apresentar informações que demonstrem quais benefícios legais e financeiros um microempresário tem se decidir se formalizar no mercado de trabalho.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

“Ser empreendedor significa ter, acima de tudo, a necessidade de realizar coisas novas, pôr em prática ideias próprias”. (DEGEN 1989, p. 10).

Na busca por colocar em prática o projeto empresarial que estruturamos entre os anos de 2013 e 2015 (onde nos dedicamos, na época, ao estudo do mercado de vendas de doces e bolos para festas), começamos a refletir acerca das questões referentes à formalização de uma pequena empresa.

Com o desenvolvimento dos estudos, encontramos algumas indefinições, tais como: verificar se o investimento é válido; identificar qual a média mensal de faturamento que alcançaríamos se decidíssemos nos dedicar unicamente ao serviço proposto; qual a melhor forma de estarmos em evidência sem nos comprometer financeiramente, realizando as atividades em tempo hábil, não gerando prejuízos e insatisfação aos clientes; identificar o custo pré-operacional para a realização do projeto; e quanto ao tipo de registro empresarial a ser adotado na formalização de uma empresa, que alcance um micro ou pequeno empresário.

Na busca por informações dos procedimentos e alternativas de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), traçaremos um paralelo sobre as exigências imposta pela Lei 8.934/94, que trata sobre os registros empresariais, reafirmado no Art. 1.150 do Código Civil, e ainda a Lei Complementar nº 128/08, em seu Art. 58 que rege sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo método de Tributação SIMPLES NACIONAL e também o Art. 18-A que rege sobre o MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Hoje em dia essas são as duas modalidades de registro empresarial de baixo custo de investimento que tem seus faturamentos limitados e carga tributária simplificada pelo Governo Federal. A ME é a modalidade empresarial onde duas ou mais pessoas com o mesmo objetivo específico se associam para um bem comum, enquanto o MEI é uma modalidade individual com menos burocracia e com faturamento limitado e tributo fixo. Essas são algumas das alternativas que o Governo Federal tem apresentado atualmente para facilitar pequenos empreendedores a formalizar as empresas com capital limitado e

baixo custo mensal, já que ambos são tributados sobre o mesmo Regime, o SIMPLES NACIONAL.

Criado pela Lei 9.317/1996 e a princípio conhecido como Simples Federal, tratava-se de um tributo que reduzia a carga tributária nacional, ajudando assim as ME/EPP a terem controles tributários menos onerosos. No ano de 2006 através da Lei Complementar nº 126 esse tributo recebeu o nome de SIMPLES NACIONAL ou “SUPERSIMPLES” e passou a partir de 1º de janeiro de 2007 a também oferecer carga diferenciada ao MEI. Mas o que é e como funciona o SIMPLES NACIONAL?

De acordo com a RFB,

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios.

Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- Cumprir os requisitos previstos na legislação; e
- Formalizar a opção pelo Simples Nacional.

Características principais do Regime do Simples Nacional:

- Ser facultativo;
- Ser irreatável para todo o ano-calendário;

Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);

Recolhimento dos tributos abrangidos mediante Documento Único de Arrecadação - DAS;

Disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;

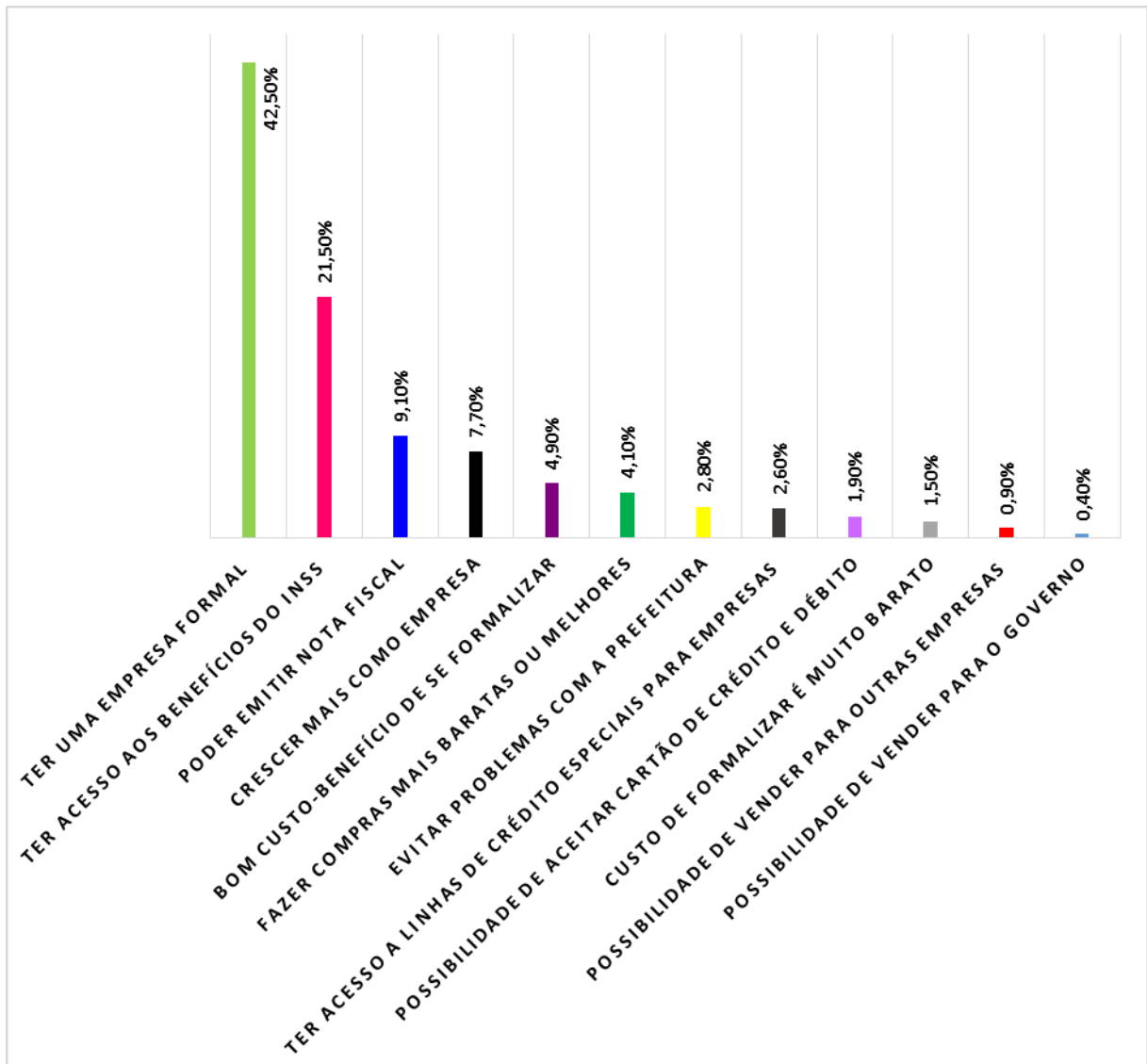
Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;

Prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

Possibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município (RECEITA FEDERAL, Acesso em 02 nov. 2016).

Com as mudanças impostas pelo Governo Federal através da Lei Complementar 126/2006, onde destaca-se os benefícios fiscais aos micro e pequenos empreendedores, houve um crescimento considerável de registro empresarial, o CNPJ. Com a criação do MEI muitos profissionais autônomos que não possuíam registros formais junto aos órgãos competentes passaram a enxergar vantagens na efetivação do seu registro. Em pesquisa feita pelo IBGE/SEBRAE esses empreendedores demonstraram alguns dos principais pontos positivos de se constituir um registro empresarial, nessa pesquisa os que mais se destacaram foram:

Gráfico 1 – Pesquisa IBGE/SEBRAE



Fonte: COMO MONTAR (Acesso em 15 jun. 2016).

Mas se há tantos benefícios, porque os brasileiros ainda trabalham na informalidade? Será a falta de conhecimento dos parâmetros legais, ou talvez o medo de uma possível mudança na cobrança dos tributos? Certamente em muitos casos a falta de conhecimento pode gerar dúvidas e até mesmo receio de se investir em algo sem conhecimento dos riscos e desafios que pode-se enfrentar, para tanto é importante saber o que na verdade é empreender. Ter conhecimento de como é ser um empreendedor é de suma importância para a sobrevivência das micro e pequenas empresa em geral.

### 3.1 EMPREENDEDORISMO

A palavra *entrepeneur* deu origem a palavra empreendedor, que foi utilizada pela primeira vez em 1725 pelo economista irlandês Richard Cantillon, afim de designar uma pessoa que assume riscos. (ALFREDO, 2009).

Empreendedorismo é a disposição para identificar problemas e oportunidades e investir recursos e competências na criação de um negócio, projeto ou movimento que seja capaz de alavancar mudanças e gerar um impacto positivo (ENDEAVOR 2015, Acesso em 18 set. 2016).

#### 3.1.1 Conceito

O empreendedorismo surgiu para revolucionar algo, seja novo ou já existente.

Segundo Dornelas (2001, p.37), o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

PRIBERAM (Acesso em 18, set. 2016) define empreendedorismo por atitude de quem, por iniciativa própria, realiza ações ou idealiza novos métodos com o objetivo



de desenvolver e dinamizar serviços, produtos ou quaisquer atividades de organização e administração.

O empreendedorismo depende de iniciativa própria onde você realiza ações ou idealiza novas fórmulas com o foco em desenvolver produtos, serviços ou outra atividade em que envolva administrar, planejar e organizar. Essa atividade é essencial para a sociedade, pois é através dela que as empresas buscam por inovação e tem a preocupação de transformar conhecimento em produtos ou serviços.

Empreendedor é aquele que ama o que faz, conhece suas capacidades, sabe identificar as oportunidades existentes e atende todas as necessidades que surgem durante as atividades desenvolvidas. Assume riscos, lidando de forma criativa com as ideias e os sonhos, afim de transformar o ambiente em que vive (DORNELAS, 2001).

Segundo Chiavenato (2006),

Três características básicas identificam o espírito empreendedor: Necessidade de realização: as pessoas apresentam diferenças individuais quanto à necessidade de realização (competição, status); Disposição para assumir riscos: o empreendedor assume variados riscos ao iniciar seu próprio negócio, sendo financeiros, familiar e psicológico; Autoconfiança: quem possui autoconfiança sente que pode enfrentar os desafios que existem ao seu redor e tem domínio sobre os problemas que enfrenta. (CHIAVENATO, 2006, p. 6, 7).

### **3.1.2 O surgimento do empreendedorismo**

Se analisarmos a história, o empreendedorismo existe desde a primeira criação humana, por se tratar da busca de melhorias para a execução de serviços. Um exemplo é a criação da enxada que, na agricultura, veio para ajudar no processo de plantio e cultivo da terra.

Nas últimas décadas as palavras empreendedor e empreendedorismo ganhou mais força no mercado. Se pegarmos como base principal o século XX veremos o grande crescimento de projetos que revolucionaram o estilo de vida das pessoas.

Às inovações propostas e cada melhoria sugeridas por uma pessoa ou equipe de pessoas, damos o nome de empreendedorismo. O papel do empreendedor sempre foi fundamental na sociedade, então por que ouvimos falar com tanta intensidade sobre esses termos nos dias de hoje? Qual a diferença entre os dias atuais e o início do empreendedorismo? Podemos citar o crescimento tecnológico, a informação cresceu de tal forma nos últimos anos que uma “pequena ideia” hoje, se bem estruturada e construída pode tornar-se um “grande negócio” amanhã.

Segundo Dornelas (2001, p. 20), a ênfase em empreendedorismo surge muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não é apenas um modismo. A competição na economia também força novos empresários a adotar paradigmas diferentes.

As quedas de barreiras comerciais, a busca por investimentos no próprio negócio, as muitas fusões e incorporações comerciais de grandes empresas, são alguns dos motivos de chamarmos o momento comercial atual de “Era do Empreendedorismo”. Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas nos forçam cada dia mais a sermos mais exigentes nas nossas relações de consumo. As inovações tecnológicas e o “Mercado Cibernético” advindos das muitas Tecnologias da Informação nos abrem leques de opções de escolha de custo/benefício outrora pouco exploradas e hoje disponíveis em apenas um click, ou seja, ferramentas a nós apresentadas através da informática. São pequenos pontos revolucionários que nos forçam a queremos ser sempre melhores naquilo que oferecemos quando nos tornamos “empreendedores”.

Concluimos que a “Era do Empreendedorismo”, tem aproximando pequenos empreendimentos de grandes comércios, dando oportunidades de crescimento para os novos empreendedores gerando emprego e renda e, dando novos rumos à globalização dos negócios.

O contexto atual é propício para o surgimento de um número cada vez maior de empreendedores. Por esse motivo, a capacitação dos candidatos a empreender está sendo prioridade em muitos países, inclusive no Brasil, haja vista a crescente preocupação das escolas e universidades a respeito do assunto, por meio da criação de cursos e matérias específicas de empreendedorismo, como uma alternativa aos jovens profissionais que se graduam anualmente nos ensinos técnicos e universitário brasileiros (DORNELAS, 2001, p.21)

Muitos ainda acreditam que o empreendedor nasce empreendedor e que o empreendedorismo não pode ser ensinado. Uma pessoa que tem boas ideias nem sempre será um bom empreendedor, geralmente precisará de uma segunda figura que executará toda a parte administrativa do negócio. Ter boas ideias não é o suficiente. É preciso planejamento, estudo, busca de informações, é preciso analisar o mercado que se deseja atuar e principalmente se certificar que a ideia é viável.

Já existem muitas universidades preparadas para capacitar pessoas com boas ideias e torná-las empreendedores de grande sucesso. A Faculdade DOCTUM – através do curso de Administração na disciplina de Projeto Empresarial propõe aos alunos a criação e acompanhamento de uma empresa desde a sua viabilidade comercial até o seu funcionamento, projeto esse que gerou a ideia principal do nosso trabalho de conclusão de curso.

De acordo com Dornelas,

Acredita-se que o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia-a-dia de seu empreendimento (DORNELAS 2001, p. 40).

A busca do conhecimento de como e onde investir tem sido cada vez mais crescente. As exigências do mercado têm estimulado os pequenos empreendedores a buscar conhecimento com o objetivo de transformar seus pequenos negócios em grandes projetos.

Isso se torna ainda mais importante quando o pequeno empreendedor sente-se satisfeito ao realizar seus sonhos e ao deixar um legado de boas ideias e muita criatividade.

### **3.1.3 O empreendedorismo no Brasil**

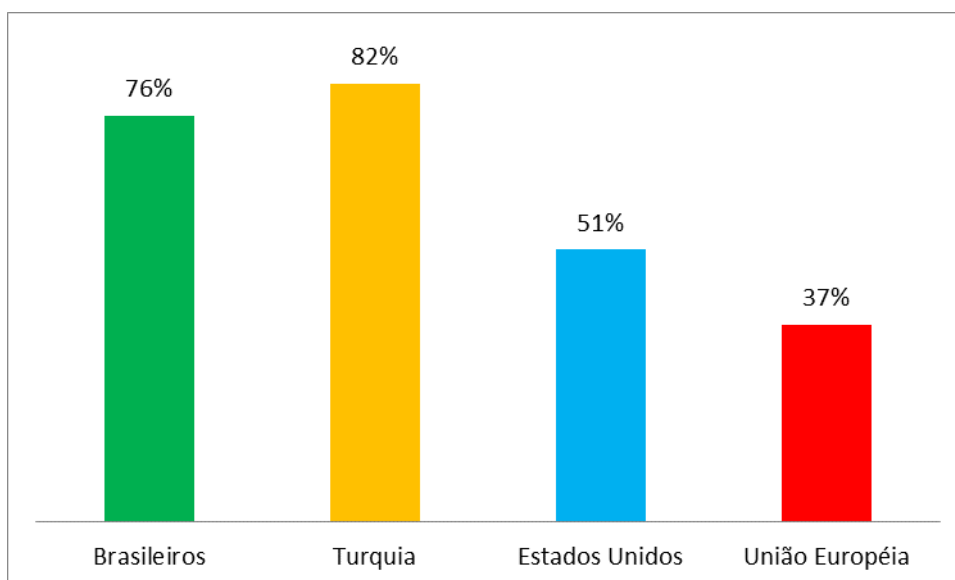
Em meados dos anos 90 houve a integração de fornecedores estrangeiros no mercado brasileiro e os mesmos passaram a controlar os preços e isso gerou a desmotivação de alguns setores que não conseguiam se nivelar a eles e apesar de trabalharem em novas maneiras para retomar a liderança do mercado, os brasileiros perceberam que a melhor forma era abrir seu próprio negócio, se aventurando em seus sonhos. Nesta referida década e a partir deste mencionado fato surgiu no Brasil o empreendedorismo, na fase que podemos considerar como abertura da economia no Brasil.

O movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. Antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas. Os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora. O SEBRAE é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro, que busca junto a essa entidade todo suporte de que precisa para iniciar sua empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais de seu negócios. O histórico da entidade SOFTEX pode ser confundido com o histórico do empreendedorismo no Brasil na década de 1990. A entidade foi criada com o intuito de elevar as empresas de software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionavam ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia (DORNELAS, 2001, p. 25).

A ENDEAVOR (2015, Acesso em 18 de set. 2016) perguntou aos brasileiros se prefeririam ser empreendedores ou funcionários: 76% deles sonham em ser donos do próprio negócio, a segunda maior taxa do mundo – atrás da Turquia (82%) e

muito à frente dos Estados Unidos (51%) e União Europeia (37%), por exemplo, como mostra o Gráfico 2.

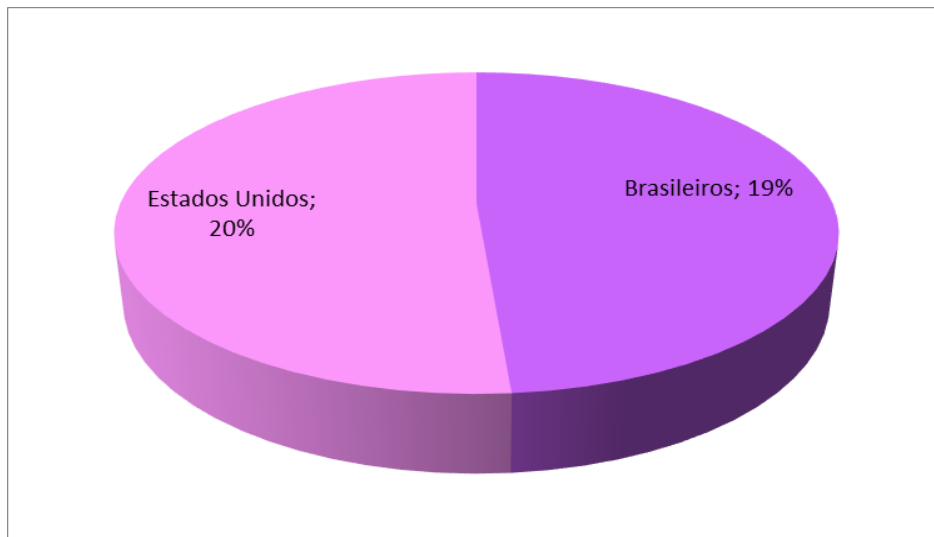
Gráfico 2 – Sonham em ser donos do próprio negócio



Fonte: ENDEAVOR 2015 (Acesso em 18 set. 2016)

Mas vontade não é tudo, e na falta de ação o brasileiro perde muito do seu potencial, com só 19% dizendo que pretendem empreender nos próximos cinco anos, atrás dos Estados Unidos, com 20% (ENDEAVOR, 2015, Acesso em 18 de set. 2016).

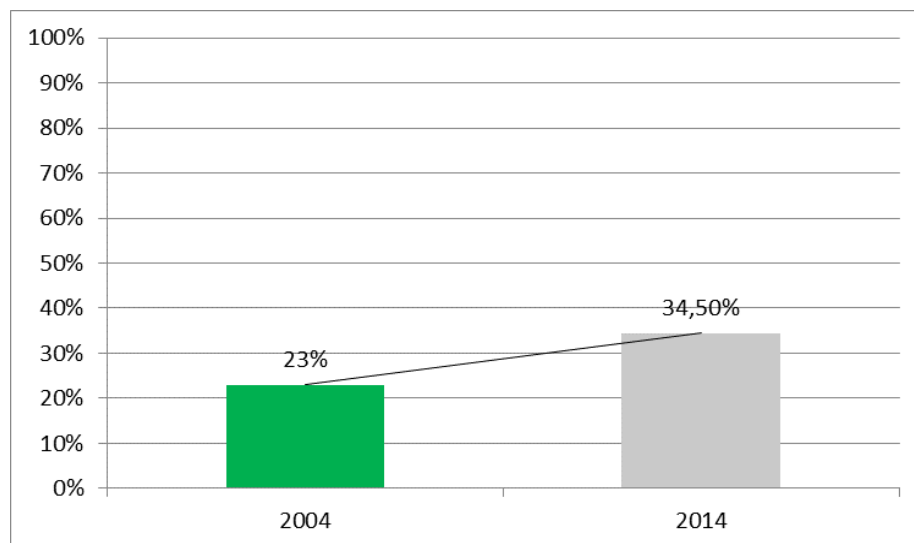
Gráfico 3 – Pretendem empreender nos próximos cinco anos



Fonte: ENDEAVOR 2015 (Acesso em 18 set. 2016)

Três em cada dez brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma **empresa** ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. Em dez anos, a taxa total de **empreendedorismo** no Brasil aumentou de 23%, em 2004, para 34,5% em 2014, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Taxa total de empreendedorismo no Brasil



Fonte: EXAME 2015 (Acesso em 20 set. 2016)

### 3.1.4 O que é empreender?

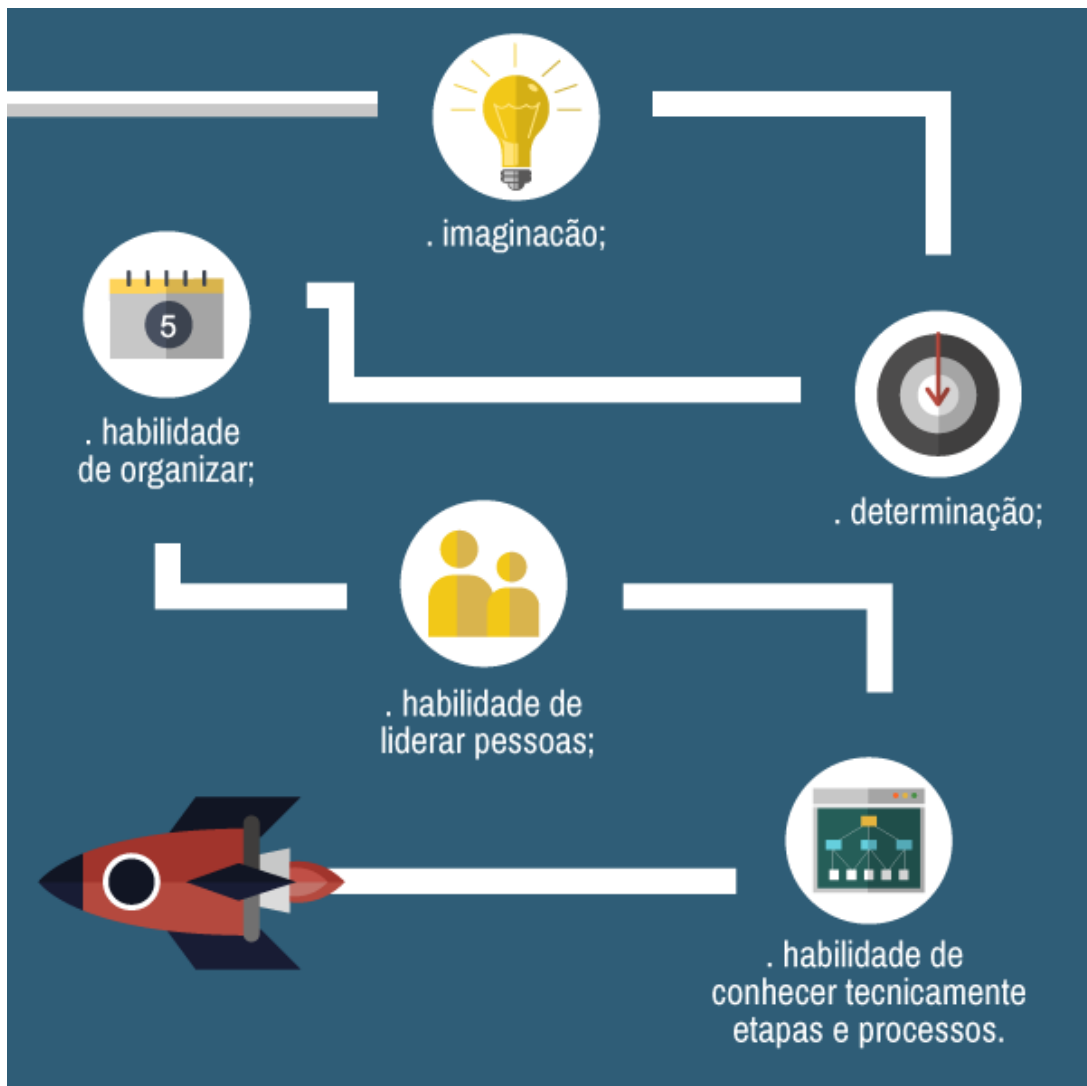
Empreender significa sonhar e realizar. Pegar uma ideia e aplicá-la. Empreender é ter atitude onde estiverem. É enxergar oportunidade em tudo o que estiver ao redor, é pensar em novas ideias o tempo todo.

Empreender é ter autonomia para usar as melhores competências para criar algo diferente e com valor, com comprometimento, pela dedicação de tempo e esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, físicos e sociais (HASHIMOTO, 2014, Acesso em 18, set. 2016).

Empreender é ter perseverança, paciência, foco e visão de futuro. É fundamental planejar, organizar, estruturar e executar com objetivo de reduzir os riscos e obter lucro.

Segundo Hashimoto (2014, Acesso em 18, set. 2016), uma atividade ou iniciativa de natureza empreendedora precisa ter por trás uma pessoa, ou um grupo de pessoas, com perfil empreendedor.

Figura 1 – Para se tornar um empreendedor de sucesso, é preciso reunir:



Fonte: SEBRAE 2016 (Acesso em 19 set. 2016)

Todos nós ao longo de nossas vidas somos ensinados que devemos sempre estar em primeiro lugar seja lá qual for à situação, ou seja, sempre tirar a melhor nota, ter as melhores roupas, os melhores brinquedos, ser melhor nisso ou naquilo e não reagimos bem quase sempre quando recebemos um não ou quando o do outro é melhor que o nosso. Segundo o que nos é passado nessa vida, existem aqueles que ganham e os que perdem, desta forma adquirimos pouca habilidade na área de investir, arriscar e ter esperanças em algum projeto. Somos criados também com medo de empreender e isso acaba afetando a nossa capacidade criativa,



consequentemente quem não tem facilidade com esses verbos (empreender e criar) encontra dificuldade quando fica diante de uma ideia, inovação.

A forma como você encara as oportunidades define o grau da sua maturidade em relação ao empreendedorismo e você percebe isso quando entende que os benefícios ou a falta deles são o resultado de tudo isso. Com o tempo você vai aprendendo que a arte de empreender consiste em investir no que é favorável e viável mesmo que apareçam obstáculos. A criatividade começa a surgir através da sua maneira de pensar, agir, identificar e implementar em tudo aquilo que você sonhou em determinado espaço de tempo.

### **3.1.5 Como empreender**

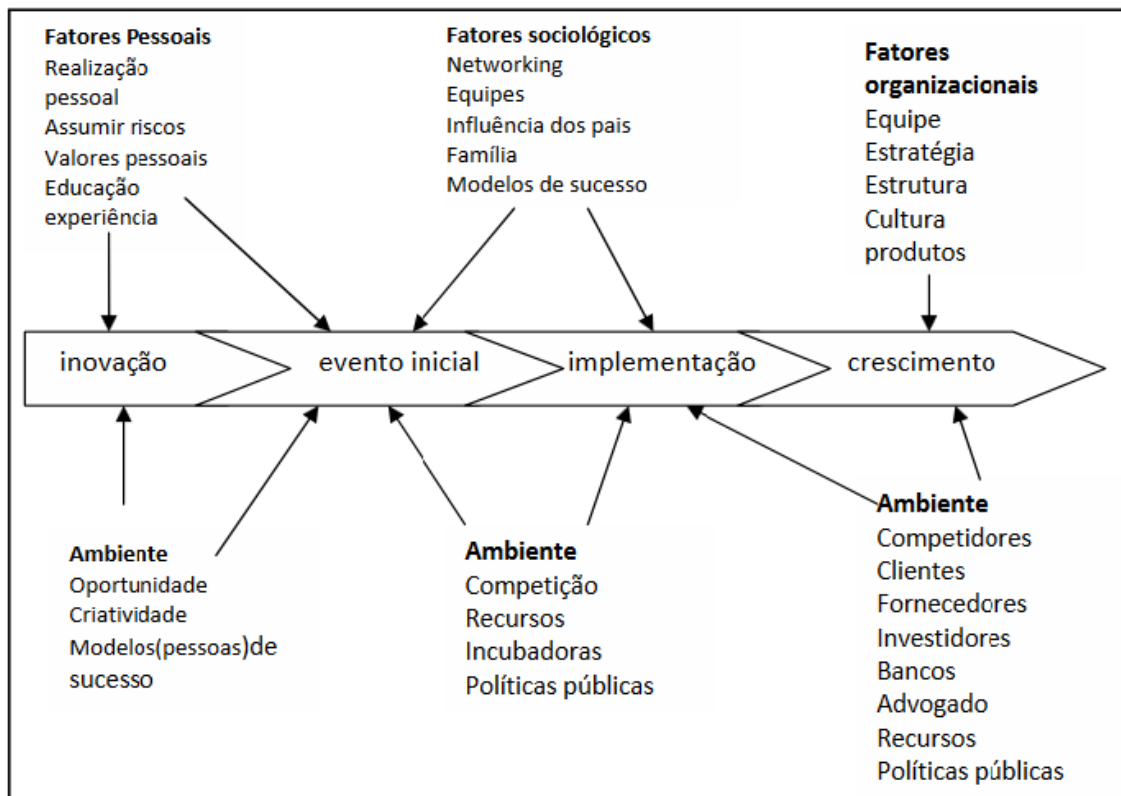
Conforme Dolabela,

Empreendedor é alguém que define por si mesmo o que vai fazer e em que contexto será feito. Ao definir o que vai fazer, ele leva em conta seus sonhos, desejos, preferências, o estilo de vida que quer ter. Desta forma, consegue dedicar-se intensamente, já que seu trabalho se confunde com o prazer (DOLABELA, 1999, p. 68).

Todos podem ser criativos e um exemplo disso é o momento em que ficamos diante de um problema e as diversas soluções armazenadas em nossas cabeças não são propícias para aquela situação, e agora? O jeito é usar a criatividade nem que seja na “marra”! E são essas experiências que nos fazem capazes de encarar novos desafios. O empreendedorismo nos possibilita sonhar com os pés no chão, coisa que não é impossível (mas parece ser) e que requer muito mais que o desejo de realização, tem que ter a ‘entrega’ e a confiança de que pode dar certo e que o pote de ouro depois do arco-íris que é o tão almejado lucro estará lá no final. A receita para se empreender é simples, a prática, pois é por meio dela que alcançamos a perfeição. O empreender depende também de fatores pessoais, sociológicos, organizacionais e do ambiente, juntos eles tornam possíveis cada etapa desse

processo. A Figura 2 exemplifica esse processo durante cada fase da aventura empreendedora.

Figura 2 - Fatores que influenciam no processo empreendedor



Fonte: DORNELAS, 2005, p.41

### 3.1.6 Empreendedor e a regularização (CNPJ)

Utilizando como base a Lei Complementar 123 de 2006 – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, os empreendedores informais encontram as diretrizes para sua regularização no mercado, ou seja, os dados legais para escolha do tipo de registro que podem ser efetuados conforme suas limitações financeiras e ambição de mercado futuro. Trataremos a partir de agora sobre duas formas de regularização

que melhor se enquadram entre os Pequenos Empreendedores são elas: “Microempresa e Micro Empreendedor Individual”.

Figura 3 – Lei Geral das Microempresas



Fonte: Portal ARP (Acesso em 23 out. 2016)

Nos tópicos seguintes desenvolveremos alguns pontos cruciais que determinam cada um dos tipos de registro citados, ME e MEI, e quais são as semelhanças e diferenças entre eles.

### 3.2 MICROEMPRESA

Amparado pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que altera dispositivos das lei 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, a Microempresa está definida a partir do Capítulo II – Art.3º que determina os ditames legais para o enquadramento das pequenas empresas (Acesso em 04 ago. 2016).

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

A Microempresa – ME é a forma de Sociedade Simples que melhor se enquadra para os Pequenos Empreendedores que buscam criar uma sociedade com baixo custo e faturamento limitado, a ME é a modalidade onde duas ou mais pessoas se unem para formalizar sua empresa podendo ela ser enquadrada no SIMPLES NACIONAL que é a forma de tributação mais atraente e menos burocrática, no caso de novas empresas o prazo para solicitação de enquadramento será até 30 (trinta) dias, e precisa atender aos requisitos impostos pela Lei Complementar 123/2006 e também Resolução CGSN 94/2011.

Conforme a RECEITA FAZENDA,

Para empresas em início de atividade, o prazo para solicitação de opção é de 30 dias contados do último deferimento de inscrição (municipal ou estadual, caso exigíveis), desde que não tenham decorridos 180 dias da data de abertura constante do CNPJ. Quando deferida, a opção produz efeitos a partir da data da abertura do CNPJ. Após esse prazo, a opção somente será possível no mês de janeiro do ano-calendário seguinte. Resolução CGSN 94/2011 (artigo incluído pela Resolução CGSN 119, de 19/12/2014), o deferimento de opção pelo Simples Nacional apresentada por ME ou EPP na condição de empresa em início de atividade com data de abertura no CNPJ no ano de 2014, que possua atividade só permitida ao regime a partir de 1º de janeiro de 2015, produzirá efeitos a partir dessa data, não se aplicando efeito retroativo à abertura do CNPJ. (RECEITA FAZENDA, Acesso EM 15 out. 2016).

Para melhor entendermos como funciona os ditames legais de uma Microempresa – ME, veremos a seguir alguns pontos importantes sobre o amparo legal e as limitações dessa modalidade empresarial.

### 3.2.1 O que é microempresa?

Microempresa é toda sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que tenha a receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) em média R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao mês (SEBRAE, Acesso em 08 out. 2016).

Art.3º - Inciso I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais (Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

Art. 3º - § 1º - Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos (Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

### 3.2.2 Tipo de registro

A microempresa é a forma mais simples da sociedade limitada, onde seus lucros ou prejuízos são divididos entre os sócios conforme a sua responsabilidade definida no estatuto social. Não há um limite de Capital Social, a legislação define apenas o faturamento como base para determinar o tipo de enquadramento como Microempresa – ME.

Segundo Chiavenato (2004),

Os deveres legais são bastante simplificados. A Microempresa é dispensada da escrituração dos livros fiscais e sua contabilidade pode ser feita na própria microempresa ou por meio de um escritório externo de contabilidade com obrigação de manter demonstrativos contábeis (CHIAVENATO, 2004, p.48).

### **3.2.3 Custo da formalização**

Para se formalizar uma microempresa é necessário um custo entre R\$1.000,00 e R\$1.300,00, distribuídos entre taxas, alvarás e serviços de contabilidade, pois para se registrar é necessário contratar um contador.

### **3.2.4 Órgãos envolvidos na formalização**

Os órgãos envolvidos na formalização de uma microempresa são:

- a) Prefeituras Municipais, para consulta prévia aprovada e fiscalização de liberação do espaço físico para início de funcionalidade da empresa;
- b) Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES), para pesquisa e liberação do nome da empresa (Razão Social e Nome Fantasia) e registro do Contrato Social;
- c) Registro Integrado/ES – REGIN, sendo possível integrar a JUCEES, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/ES), a Receita Federal do Brasil (RFB) e alguns municípios – CNPJ, ICMS, ISS;
- d) Outras exigências (dependendo do tipo de atividade) – Vigilância Sanitária, Órgão Estadual de Meio Ambiente (atividades poluidoras), Ibama, Conselhos Regionais, dentre outros.

Na figura 4 descrevemos o passo a passo para abrir uma microempresa.

Figura 4 – Como abrir uma microempresa



Fonte: Cursos Gratuitos Online (Acesso em 23 out. 2016)

### 3.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

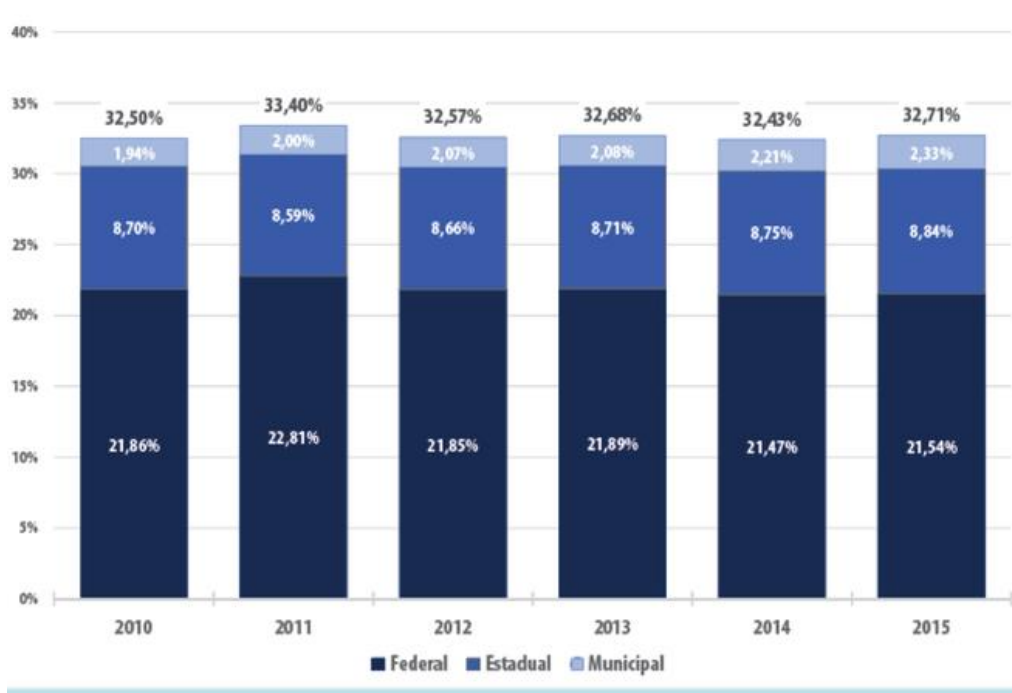
De acordo com o Portal MEI (Acesso em 08 out. 2016), “O microempreendedor individual – MEI é a pessoa que trabalha por sua própria conta e se legaliza como microempreendedor”.

Um dos principais objetos dos empresários na atualidade é a redução da carga tributária, porém, sem prejuízo ao exercício da atividade profissional. Na visão de alguns pequenos empreendedores um dos motivos para estarem na informalidade, é o temor de não suportarem a pesada carga tributária imposta no nosso país. Por esse motivo, ou por falta de informação, alguns preferem continuar na informalidade.

O Governo tem sua arrecadação financeira instituída através da coleta de impostos/tributos, é dessa forma que o mesmo paga suas contas, esse recolhimento deve ser revertido à população em melhorias na qualidade de vida, como por exemplo, segurança, educação e saúde. A carga tributária no país é medida através da comparação entre as riquezas produzidas durante o ano, mais conhecida como Produto Interno Bruto (PIB) e os recolhimentos.

Segundo o Tesouro Nacional, a carga tributária do Brasil foi de 32,71% do PIB em 2015, ante 33,40% do PIB, em 2011. Sendo assim 1/3 do que se produz hoje no país e revertido em impostos/tributos.

Gráfico 5 – Carga Tributária Bruta por esfera de governo, 2010-2015 (% do PIB)



Fonte: MANSUETO (Acesso em 02 nov. 2016)



Saber construir um planejamento tributário que se adeque à sua atividade, é uma possibilidade de proporcionar reduções tributárias legalmente admitidas e saber escolher o melhor enquadramento tributário da empresa também é uma ótima opção de adaptação de pequenos empreendedores à formalização. O MEI é a modalidade que tem a carga tributária mais simples de ser entendida, com um valor fixo mensal de tributo que atinge todos os órgãos de controle “Federal, Estadual e Municipal”, esse tipo de registro tem sido muito aceito entre os trabalhadores que outrora viviam na informalidade, por se tratar de uma modalidade que não exige controles externos “contador e administrador” o próprio empreendedor fica responsável por gerir sua empresa, tendo como única obrigação o envio anual da DASN-SIMEI – Declaração Anual Simples Nacional – Sistema Microempreendedor Individual.

### **3.3.1 O que é microempreendedor individual?**

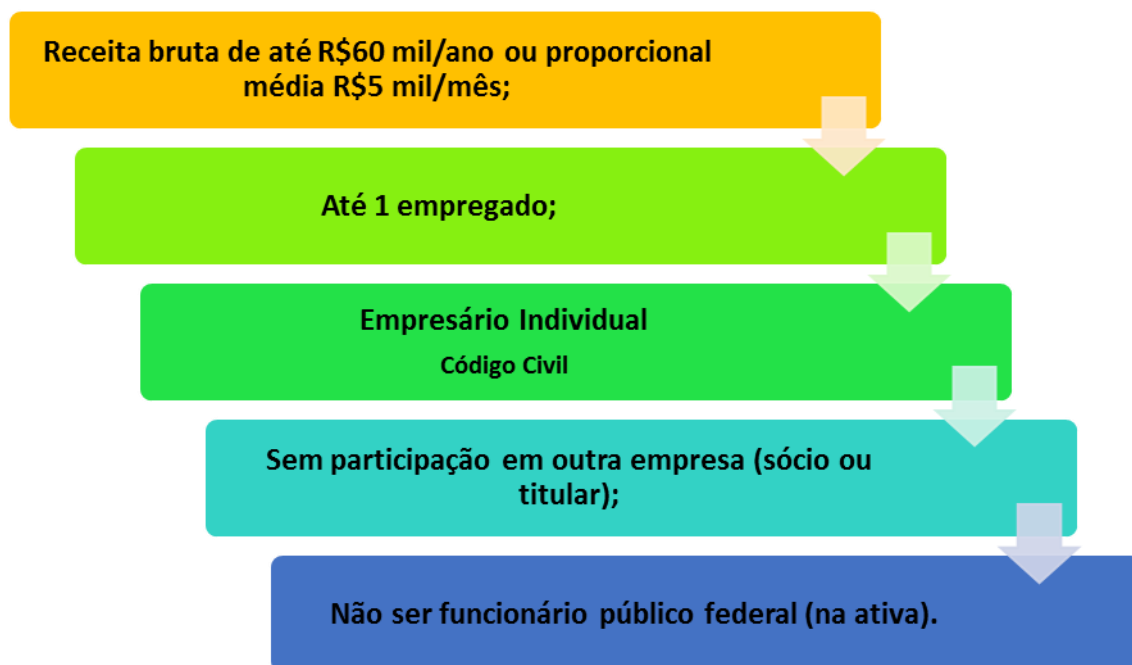
Segundo o SEBRAE (Acesso em 09 out. 2016) “o trabalhador conhecido como informal pode se tornar um Microempreendedor Individual legalizado e passar a ter CNPJ, o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais”.

Essa citada modalidade é a única espécie de empresário formal que possui isenção de vários tributos e tem a possibilidade de contratar um empregado. Esses fatos são motivos muito atraentes para uma sociedade que vive um momento de crise e que conta com integrantes que visam a informalidade como meio de subsistência.

O microempreendedor individual é classificado pelo faturamento anual de R\$ 60mil/ano, conforme o art. 18-A, § 1º da Lei complementar nº 123/2006.

Para ser um microempreendedor individual é necessário:

Figura 5 – Microempreendedor Individual:



Fonte: SEBRAE (Acesso em 08 out. 2016)

### 3.3.2 Tipo de registro

Conforme o SEBRAE (Acesso em 08 out. 2016), “Ao se formalizar como Microempreendedor Individual, o empreendimento passa a ter um CNPJ, podendo, assim, emitir notas fiscais”.

Além dessas facilidades o MEI é enquadrado no SIMPLES Nacional, tributação que simplifica toda carga tributária em uma única arrecadação seja ela Federal, Estadual ou Municipal, como o próprio nome sugere transforma os diversos impostos e tributos (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, ICMS e ISS) em um único tributo que arrecadado mensalmente no dia 20 e poderá ser antecipado caso esse dia seja sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.3.3 Custo da formalização**

O SEBRAE (Acesso em 08 out. 2016) informa que o microempreendedor individual “terá como despesas apenas o pagamento mensal, que corresponde a R\$ 45,00 (Quarenta e Cinco Reais) para empresas enquadradas como Comércio ou Indústria, e R\$ 49,00 (Quarenta e Nove Reais) para empresas de Prestação de Serviços ou R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) se a empresa se enquadrar como Comércio e Serviços.”

O cálculo do SIMPLES é equivalente a 5% (cinco) do salário mínimo, e sua atualização é feita anualmente, essa porcentagem se refere à Contribuição para a Seguridade Social, somando ainda a esse valor R\$ 1,00 (Um Real) a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e R\$ 5,00 a título de Imposto Sobre Serviços (ISS).

### **3.3.4 Órgãos envolvidos na formalização**

Segundo o PORTAL DO EMPREENDEDOR (Acesso em 08 out. 2016), podem se inscrever: “Todos os empreendedores informais ou não, que faturam até R\$ 60 mil por ano e que possuem no máximo um funcionário, como cabeleireiros, fotógrafos, comerciantes, pedreiros, donos de lanchonetes e outros”.

O processo de inscrição para o MEI é totalmente virtual, havendo a necessidade apenas de um computador com acesso à internet e algumas informações referentes à inscrição que podem ser extraídas no referido site, dentre elas estão a emissão da guia DAS-MEI, alteração, baixa, declarações e etc. (Figura 6)

Figura 6 – Registro e Cadastro

Portal do Empreendedor - MEI  
Portal do Microempreendedor Individual

REDESIM

Você está aqui: Página Inicial > MEI - Microempreendedor Individual > Formalização - Inscrição

NOVA INSCRIÇÃO - ACESSO

CPF

Data de Nascimento

Prosseguir

Fonte: INSCRIÇÕES 2016

Após a efetivação do cadastro, serão gerados automaticamente os números do CNPJ e o de inscrição na respectiva Junta Comercial, tornando desnecessário o pagamento de taxas ou envio de documentos nesta fase.

O MEI pode buscar auxílio juntamente a empresas de contabilidade para preenchimento e envio da declaração anual, ou o mesmo pode fazê-la sem custo junto ao próprio SEBRAE ou individualmente. O passo a passo sobre o preenchimento está contido no portal do empreendedor.

### 3.4 DIFERENÇAS ENTRE MICROEMPRESA E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Governo Brasileiro enxergou o grande crescimento dos pequenos negócios e procurou tratá-los de forma diferenciada, então criou proteções legais específicas que procuram beneficiar os pequenos investidores. Esses Micro Negócios ou Negócios Locais se tornaram de suma importância para o crescimento econômico do país, gerando muitos empregos à sociedade e rotatividade econômica nos pequenos

centros comerciais descentralizados, fazendo com que ocorra uma rotatividade da renda com maior frequência em pequenas regiões, o que ajuda também no crescimento dos grandes centros empresariais.

Segundo o SEBRAE (Acesso em 08 out. 2016), a lei Geral das Microempresas foi instituída em 2006 afim de regulamentar o disposto da Constituição Brasileira.

A Lei Complementar do MEI foi concebida com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo e já atravessou quatro rodadas de alteração, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas (...) brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia (SEBRAE, Acesso em 08 out. 2016).

### **3.4.1 Vantagens da formalização**

Comprar, vender, acessar serviços bancários de forma menos burocrática, ter direito à empréstimos e incentivos para crescimento da empresa, carga tributária acessível, trabalhar dentro da Lei, participar de Leilões e trabalhar para o governo, são alguns dos muitos benefícios de se formalizar. Veremos a seguir algumas das principais vantagens oferecidas ao empreendedor que busca informação e decide se formalizar.

No Quadro 1 destacamos alguns dos pontos positivos de ser um ME ou MEI.

Quadro 1 – Vantagens

<b>VANTAGENS DE SE FORMALIZAR</b>	
Desburocratização do processo de legalização de empresas;	Modelo diferenciado de tributação – Simples Nacional (Simplificação dos tributos e menor carga tributária em relação as médias e grandes empresas);
Acesso a inovação e tecnologia;	Fiscalização orientadora;
Compras governamentais: participação nas licitações públicas;	Realizar compras no estado e fora do estado em melhores condições;
Emissão de Notas Fiscais;	Registro de CNPJ;
Segurança para o fornecedor;	Confiança para os clientes.

Fonte: Elaboração própria

### 3.4.2 Principais diferenças

No Quadro 2 apresentamos as diferenças entre Microempresa e Microempreendedor Individual.

Quadro 2 – Diferenças entre ME e MEI

ITEM	MICROEMPRESA	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
<b>FATURAMENTO ANUAL</b>	R\$360.000,00	R\$60.000,00
<b>SOCIEDADE</b>	Mínimo 2 pessoas	Individual
<b>SIMPLES</b>	Valor do tributo estipulado pelo somatório do faturamento (Tabela do Simples)	Valor fixo mensal
<b>CONTABILIDADE</b>	Regular	Dispensa serviços contábeis
<b>OUTRAS SOCIEDADES</b>	Pode ser titular em outra empresa	Não pode ser titular em outra empresa
<b>FUNCIONÁRIOS</b>	Sem limite de funcionários	Apenas 1 funcionário
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	Necessita de espaço físico para funcionar	Não precisa ter ponto comercial fixo, podendo trabalhar em casa
<b>FORMALIZAÇÃO</b>	Pelo Contador em Órgãos Específicos	Pelo site do SEBRAE e RFB
<b>OBRIGAÇÕES FEDERAIS</b>	Informativos mensais à RFB e Declaração Anual	Declaração Anual

Fonte: Elaboração própria

### 3.5 LEI COMPLEMENTAR 155/2016

Em 27 de outubro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Lei Complementar 155/2016 que altera a partir de 01 de janeiro de 2017 as regras e limites no Simples Nacional que tratava a Lei Complementar 123/2006. Entre as principais alterações destacamos os novos limites anuais de receita bruta por categoria.

O limite de Faturamento Anual para Microempresas atualmente é R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) passará a ser de R\$900.000,00 (novecentos mil reais).

O limite de Faturamento Anual para Microempreendedor Individual que atualmente é de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) passará a ser de R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais).



## 4 REFERENCIAL PRÁTICO

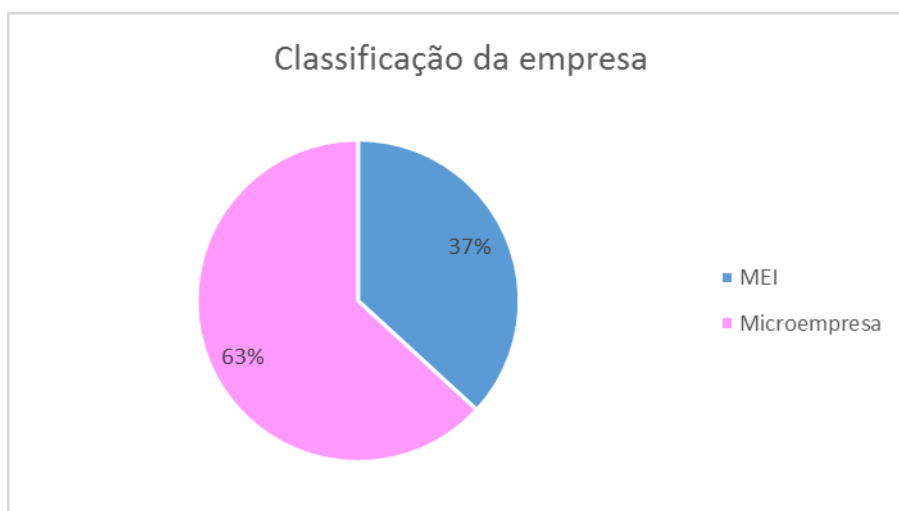
Para a presente pesquisa foram entrevistadas 19 empresas, distribuídas em Microempreendedor Individual e Microempresa.

### 4.1 CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

Entrevistamos dezenove empresas atuantes no mercado formal dentre as quais sete são classificadas como Microempreendedores Individuais e doze são classificadas como Microempresas.

No Gráfico 6 representamos em porcentagem, sendo: 63% Microempresa e 37% MEI.

Gráfico 6 – Classificação da Empresa

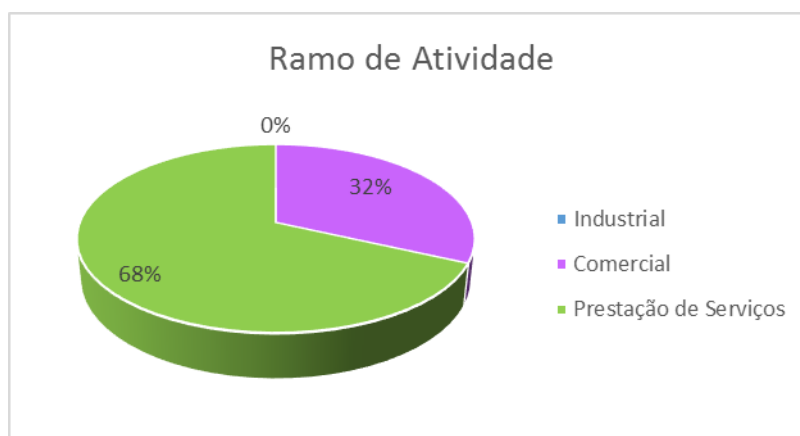


Fonte: Pesquisa de Campo

## 4.2 RAMO DE ATIVIDADE

No Gráfico 7, representamos o ramo de atividade das empresas pesquisadas, dentre elas 32% atuam como comerciantes, ou seja, possuem um estabelecimento comercial para compra e venda de produtos e 68% atuam com prestação de serviços, sendo administrativos, contábeis, manutenção de patrimônio, dentre outros. Dentre as empresas não houve nenhuma que atuasse no ramo Industrial.

Gráfico 7 – Ramo de Atividade



Fonte: Pesquisa de Campo

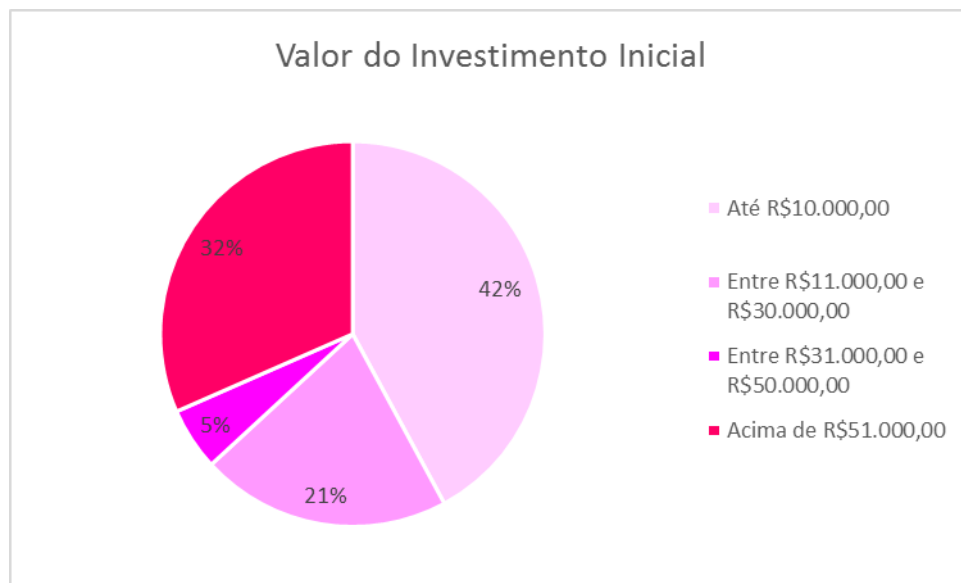
## 4.3 VALOR DO INVESTIMENTO INICIAL

No Gráfico 8 representamos o valor aproximado que os empresários utilizaram para dar início as atividades.

42% dos empreendedores investiram um valor inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), 21% investiram entre R\$11.000,00 (onze mil reais) e R\$30.000,00 (trinta mil reais), 5% investiram entre R\$31.000,00 (trinta e um mil reais) e R\$50.000,00 (cinquenta

mil reais) e 32% investiram um valor superior a R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Gráfico 8 – Valor do Investimento Inicial



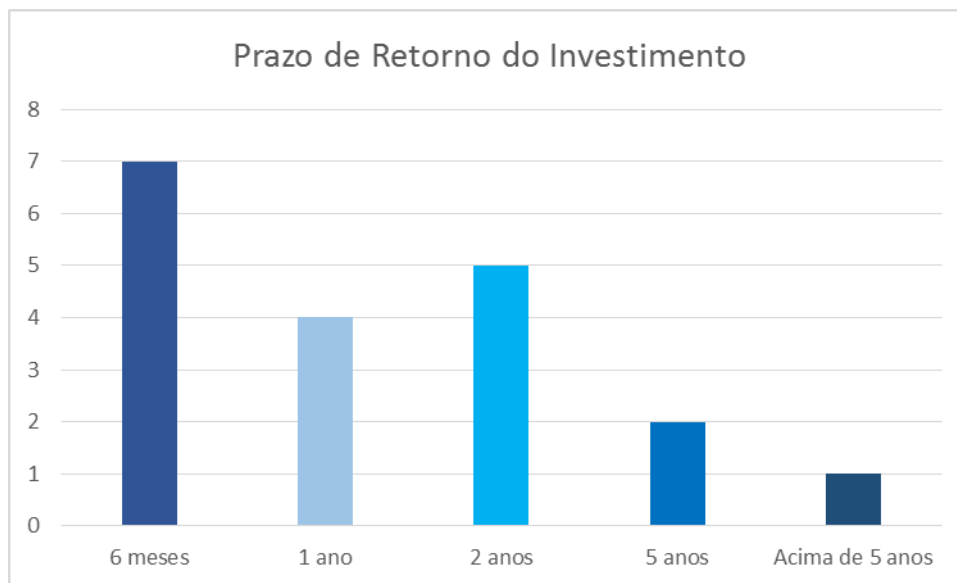
Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.4 PRAZO DE RETORNO DO INVESTIMENTO

Sobre o prazo de retorno do investimento, apresentamos no Gráfico 9 as informações concedidas pelos empresários.

Dentre as dezenove empresas pesquisadas, sete tiveram um retorno do investimento em menos de 6 meses. Quatro empresas tiveram um retorno em um prazo inferior a 1 ano. Cinco empresas tiveram retorno em até 2 anos. Duas empresas tiveram retorno em menos de 5 anos e uma empresa teve o retorno do valor investido em mais de 5 anos.

Gráfico 9 – Prazo de Retorno do Investimento



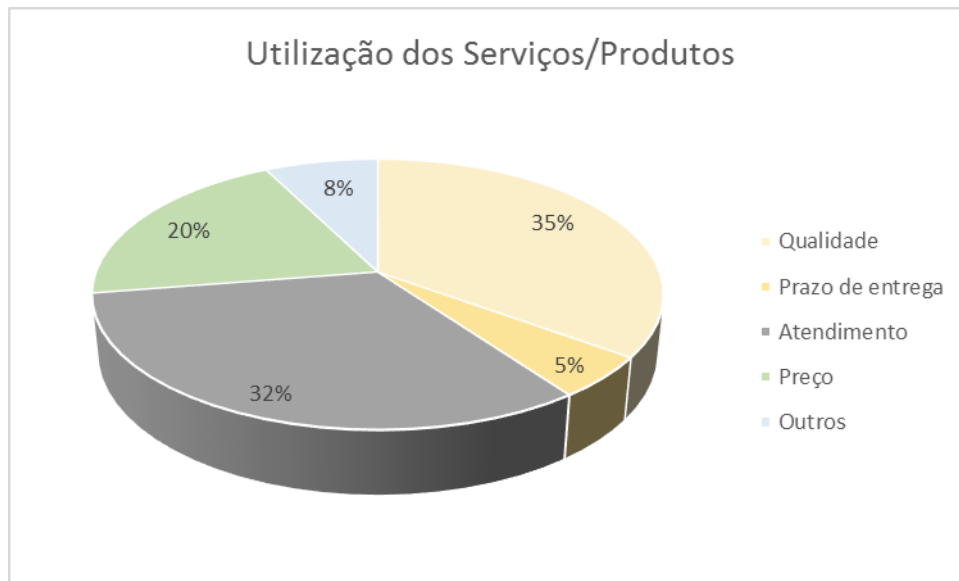
Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.5 UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS

Sobre a utilização dos produtos ou serviços, avaliamos a opinião que os empresários tem em relação ao que oferecem.

No Gráfico 10 mostramos que 35% dos empresários entendem que os clientes utilizam seus produtos/serviços devido a qualidade, 5% devido ao prazo de entrega, 32% acreditam que o atendimento faz a diferença, 20% utilizam os serviços/produtos devido ao preço e 8% por outros motivos como: serviço diferenciado, transparência nas informações prestadas, serviço específico de exportação e por poucas opções de procura pra determinado serviço/produto.

Gráfico 10 – Utilização dos Serviços/Produtos



Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.6 RISCOS DO NEGÓCIO

O mercado atual oferece muitos riscos, com isso os empresários se mantêm em constante atualização para evitar danos em seus negócios.

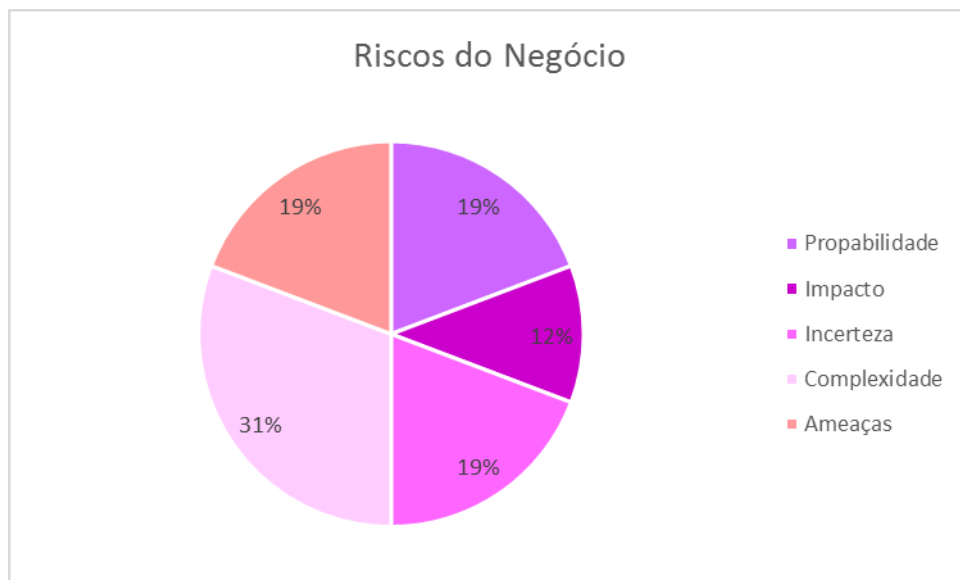
No Gráfico 11 representamos os itens que oferecem mais riscos as atividades prestadas pelas empresas entrevistadas.

Quanto maiores as chances de algo dar errado, maior a probabilidade e portanto maior o risco. Com isso a probabilidade possui um índice de 19% no gráfico. O impacto que pode ser considerado como a diferença entre o que se ganha e o que se pode perder se algo der errado, no gráfico representa 12% dos riscos. A incerteza que pode ser gerada através da falta de informações representa 19% dos riscos. 31% dos riscos são representados pela complexidade, que são as variáveis que influenciam as atividades. E 19% são riscos que ameaçam o negócio.

Para eliminar ou pelo menos minimizar os riscos algumas das empresas entrevistadas utilizam o marketing criativo, focando nas necessidades dos clientes.

Algumas investem em um atendimento personalizado e outras em um atendimento descontraido. A maioria oferece um atendimento diferenciado e buscam melhoria contínua, mantendo-se em contato constante com os clientes visitando-os pelo menos uma vez por mês. Algumas das empresas investem no planejamento estratégico, minimizam os riscos e atuam com resiliência para se adequar as mudanças e incertezas. Conhecer bem os clientes e ter um bom capital de giro faz toda a diferença. E claro, fidelizar o cliente, garantindo um produto de qualidade.

Gráfico 11 – Riscos do Negócio



Fonte: Pesquisa de Campo

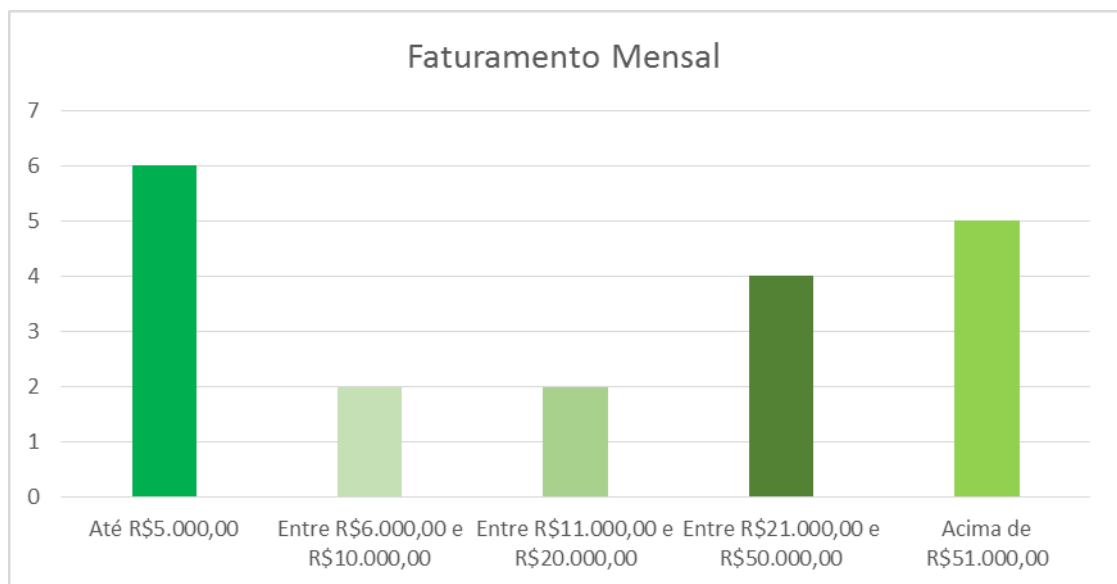
#### 4.7 FATURAMENTO MENSAL

O faturamento mensal é um dos pontos principais de uma empresa, pois é o que se espera ao iniciar as atividades.

O faturamento mensal de seis das dezenove empresas entrevistadas é de até R\$5.000,00 (cinco mil reais). Duas empresas tem o faturamento entre R\$6.000,00 (seis mil reais) e R\$10.000,00 (dez mil reais). Outras duas tem o faturamento entre

R\$11.000,00 (onze mil reais) e R\$20.000,00 (vinte mil reais). Quatro empresas faturam mensalmente um valor entre R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) e R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e cinco faturam um valor superior e R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Gráfico 12 – Faturamento Mensal



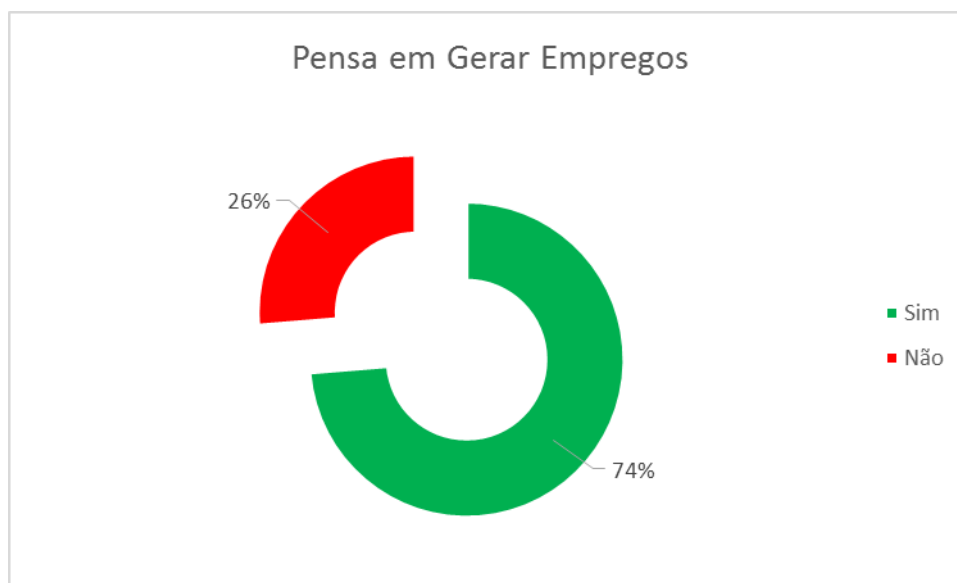
Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.8 PENSA EM GERAR EMPREGOS

Ser um gerador de empregos é um fator muito importante para as empresas atuantes no mercado além de ser fundamental para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Das empresas entrevistadas 74% almejam ser geradoras de empregos e apenas 26% não tem a geração de empregos como perspectiva futura, pois estão satisfeitas com o que já possuem.

Gráfico 13 – Pensa em gerar empregos



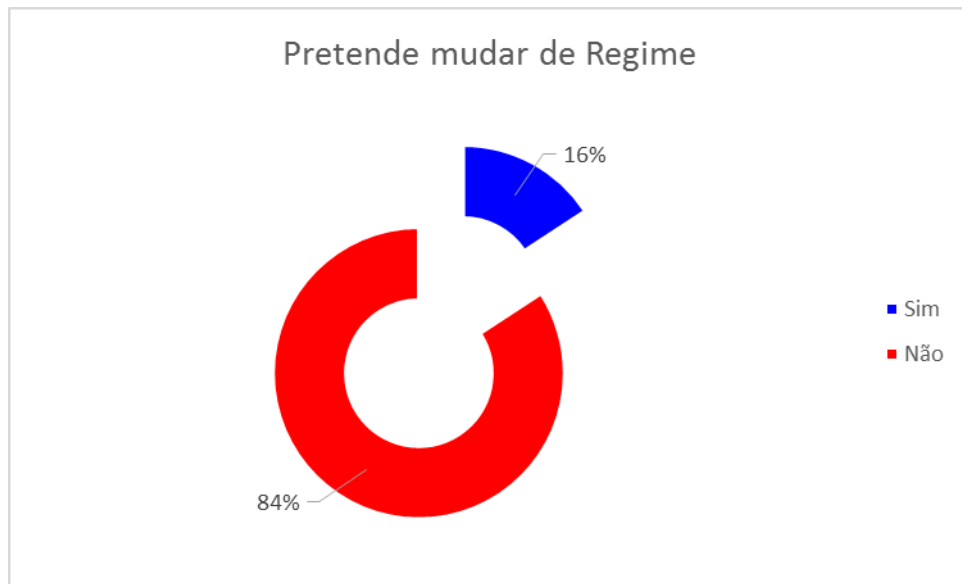
Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.9 PRETENDE MUDAR DE REGIME

No Gráfico 14 representamos a mudança de regime e apenas 16% das empresas possuem esse interesse. 84% estão satisfeitas com o regime de tributação em que estão inseridas.



Gráfico 14 – Pretende mudar de Regime

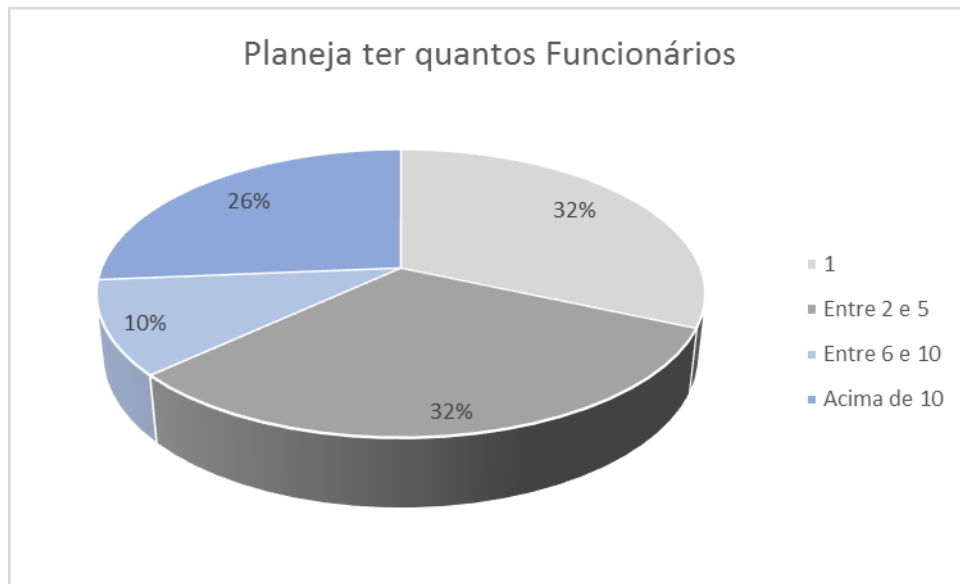


Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.10 PLANEJA TER QUANTOS FUNCIONÁRIOS

Na representação gráfica a seguir vemos que 32% das empresas entrevistadas pretendem manter-se apenas com 1 funcionário. Outros 32% pretendem ter entre 2 e 5 funcionários. 10% almejam empregar entre 6 e 10 funcionários e 26% pretendem empregar mais de 10 funcionários. (GRÁFICO 15)

Gráfico – 15 Planeja ter quantos funcionários

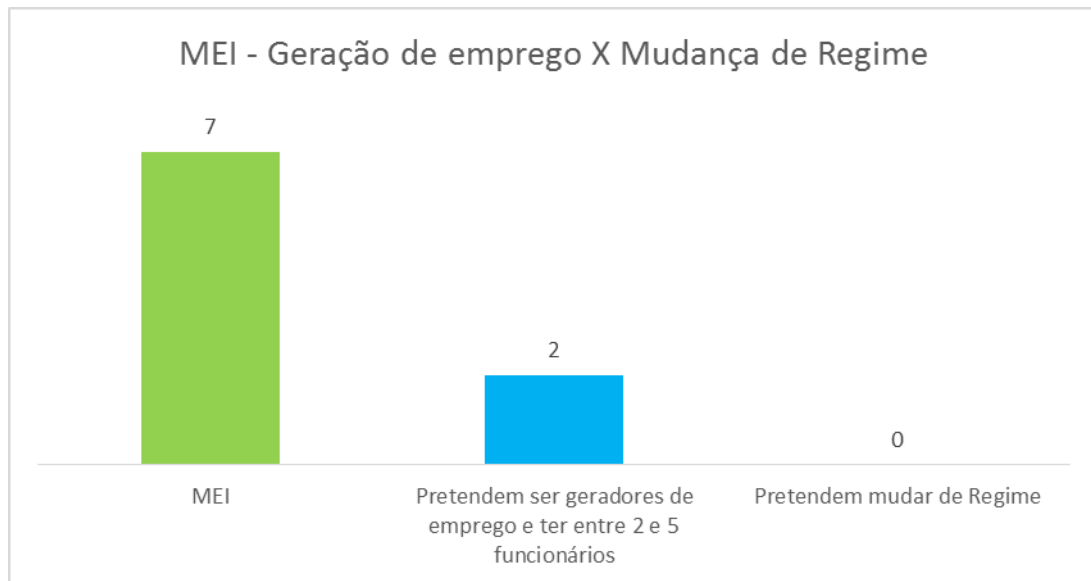


Fonte: Pesquisa de Campo

No Gráfico 16 destacamos que, entre os sete microempreendedores individuais entrevistados, dois almejam ser geradores de emprego e ter entre 2 e 3 funcionários mas nenhum pretende mudar de regime. Isso mostra a falta de informação existente também entre as empresas já registradas.

O Microempreendedor Individual pode ter apenas 1 funcionário e se pretende gerar de 2 a 5 empregos deve mudar o regime se classificando como Microempresa.

Gráfico 16 – MEI – Geração de emprego X Mudança de Regime

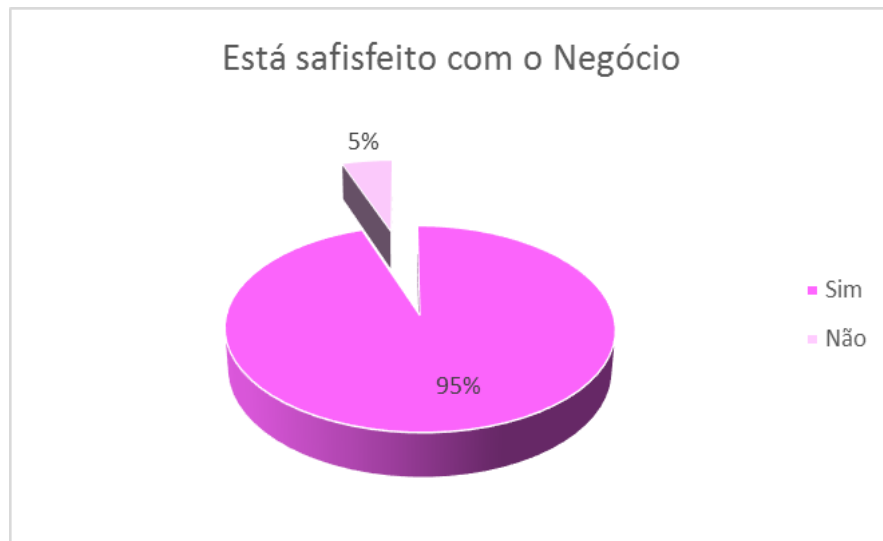


Fonte: Pesquisa de Campo

#### 4.11 ESTÁ SATISFEITO COM O NEGÓCIO

A satisfação pessoal está diretamente relacionada com a auto estima. Logo, um empreendedor bem sucedido em seu negócio representa um profissional realizado, pois os valores externos influenciam os valores internos na vida de todo ser humano. No Gráfico 17 podemos verificar que 95% dos empreendedores entrevistados estão satisfeitos com o ramo que escolheram atuar e apenas 5% estão insatisfeitos.

Gráfico 17 – Está satisfeito com o Negócio



Fonte: Pesquisa de Campo

Executar uma atividade que te realiza como pessoa é muito importante para o bom desenvolvimento do negócio. Um empresário satisfeito executará suas atividades com mais dedicação e prestará um serviço de grande qualidade aos clientes que já possui e os que pretende alcançar.

Se um empreendedor não está convicto de que escolheu o ramo certo ou não está satisfeito com seu faturamento ou tenha algum outro motivo que gere insatisfação, é preciso repensar sua missão, sua visão e seus valores. Caso seja necessário, trocar o ramo de atividade é algo a se pensar para os próximos caminhos a serem percorridos.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Para compreender as considerações sobre o nível de conhecimento de alguns empreendedores informais e a fim de entender porque ainda não procuraram um órgão competente para sua formalização, primeiro foi necessário identificar quais classes referentes a esses profissionais seriam propícias para o estudo.

As classes relevantes consistem em Microempreendedor Individual e Microempresa. O Microempreendedor individual, segundo PORTAL DO EMPREENDEDOR – MEI (Acesso em 12 nov. 2016), é a pessoa que trabalha por conta própria, que se legaliza como pequeno empresário e que é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Já Microempresa, conforme CAPITAL SOCIAL (Acesso em 12 nov. 2016), são empreendimentos que visam lucro e que apresentam um faturamento anual de até R\$360 mil. Iniciamos com o referencial teórico, cujos dados foram retirados de acervos, revistas e endereços on-line (datas de acesso divulgadas), seguido do referencial prático, cuja pesquisa foi feita com empreendedores atuantes na cidade de Vitória no Estado do Espírito Santo.

#### **5.1.1 Definição do tipo de pesquisa quanto aos objetivos**

Quanto aos objetivos, a definição do tipo de pesquisa utilizada foi a descritiva, pois o foco inicial é descrever, analisar e verificar as relações entre as classes e as variáveis entre as visões das mesmas, garantindo a aquisição de conhecimento de suas particularidades e opiniões ao assunto principal.

### **5.1.2 Definição do tipo de pesquisa quanto à abordagem**

A definição do tipo de pesquisa quanto à abordagem é qualitativa pois existe realidade entre as classes entrevistadas e o tema do estudo e onde buscamos identificar e analisar suas percepções, intenções, sentimentos e sensações.

## **5.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA**

A pesquisa feita para o presente estudo utilizou o método de amostragem não probabilística onde o elemento chave é intencional (ou por julgamento), uma vez que as classes foram previamente escolhidas devido a sua importância e o conhecimento prévio do assunto explorado.

## **5.3 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA**

Foi utilizado como procedimento de coleta de informações o questionário, pela facilidade de obtenção de informações e por não haver necessidade da presença do pesquisador podendo ser respondido por e-mail, correio, etc.

## **5.4 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

A análise de conteúdo, a classificação de categoria, a forma de apresentação e a categorização estão entre as técnicas e procedimentos utilizados. A estratégia é fundamental em qualquer situação onde o objetivo a ser alcançado dependa da gestão de formas tangíveis ou intangíveis e se tratando deste estudo a utilização das referenciadas técnicas foram fundamentais para ponderar os resultados alcançados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender é muito mais do que ter uma boa ideia e executá-la. Estudar os riscos do mercado, saber quais são as principais ameaças e qual o tipo de mercado, bem como ter ciência de quando, onde e como investir são cruciais para o sucesso de um empreendimento.

Na busca por esse conhecimento, encontramos informações preciosas sobre a formalização, tendo ciência de todas as obrigações e exigências que o fisco impõe a cada tipo de registro empresarial e quais são seus tributos e custos de manutenção, seja ele Microempresa (ME) ou Microempreendedor Individual (MEI), algumas limitações impostas ao tipo de registro empresarial que eles possuem, principalmente o MEI, como por exemplo, o aumento de funcionários, já que o mesmo é limitado a somente um.

Na pesquisa de campo observamos que, embora todos tenham planos de investimentos futuros para crescimento/expansão dos negócios que vão desde a aquisição de sede própria, passando pela melhoria dos serviços prestados, profissionalização dos seus funcionários e até mesmo a entrada no mercado exterior, 90% acredita que o momento é de dúvida quanto ao mercado financeiro e isso os faz recuar e esperar por novos horizontes. No entanto os outros 10% demonstraram que na crise existem as brechas de oportunidade que são muito importantes para traçar as diretrizes da empresa e seus planos de investimentos futuros.

Registrar uma empresa vai muito além de simplesmente possuir um número ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), é uma busca diária de ser o diferencial no mercado empresarial, é ser pequeno e sonhar como um gigante, é suprir as necessidades que o mercado oferece com competência e qualidade, oferecendo sempre o melhor.

Após toda rotina de pesquisa, leitura e informações, acreditamos que o maior objetivo que propusemos para execução do trabalho, que é apresentar informações válidas aos microempresários, foi atingido, e que alinhado à pesquisa de campo, às

informações que buscamos no mercado e ao estudo, nos tornamos capazes de orientar os profissionais informais, de forma básica e teórica, mostrando quais os melhores caminhos para seguir rumo à formalização, em conformidade com as pretensões de investimento e retorno de cada empreendedor.

Desde o início nosso ideal fora buscar respostas rápidas e de fácil entendimento para os pequenos empreendedores que, assim como nós, têm em suas mãos um projeto e desejam pô-lo em prática, respeitando os limites impostos por cada tipo de classificação empresarial, seja ele ME ou MEI.

Os riscos existem, no entanto com o conhecimento específico e foco no que se almeja, somos capazes de fazer a diferença no mercado.



## 7 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Crise eleva trabalho por conta própria no Brasil, indica economista do Ipea.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/crise-eleva-trabalho-por-conta-propria-no-brasil-indica-economista-do-ipea>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ALFREDO, Luiz Henrique Pereira. **Empreendedorismo – Origem e desafios para o Brasil do século XXI.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/empreendedorismo-origem-e-desafios-para-o-brasil-do-seculo-xxi/33075/>. 2009. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL ECONÔMICO. **Trabalho informal aumenta, em meio à onda recente de demissões.** Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/economia/2015-03-19/trabalho-informal-aumenta-em-meio-a-onda-recente-de-demissoes.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CAPITAL SOCIAL. **Diferença entre MEI e ME e EPP.** Disponível em: <http://capitalsocial.cnt.br/diferenca-entre-mei-ei-me-e-epp/#me>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo - Dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo: ed. Saraiva. 2004.

\_\_\_\_\_. **Empreendedorismo.** Dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: ed. Saraiva. 2006.

COMO MONTAR. Seu negócio – Benefícios do Microempreendedor Individual – MEI. Disponível em: <http://www.comomontar.com.br/seu-negocio/beneficios-do-microempreendedor-individual-mei>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CURSOS GRATUITOS ONLINE. **Como abrir uma Microempresa.** Disponível em: <http://www.cursogratisonline.com.br/como-abrir-uma-microempresa/>. Acesso em: 23 out. 2016

DEGEN, R. J. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial.** São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor** A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: ed. Cultura. 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

\_\_\_\_\_. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ENDEAVOR. **Tudo sobre empreendedorismo.** 2015. Disponível em: <https://endeavor.org.br/tudo-sobre/empreendedorismo/>. Acesso em: 18 set. 2016.

EXAME. **Brasil é o primeiro no ranking de empreendedorismo.** Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D4l\\_7LA-ijsJ:exame.abril.com.br/pme/noticias/brasil-e-o-primeiro-em-ranking-de-empreendedorismo+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D4l_7LA-ijsJ:exame.abril.com.br/pme/noticias/brasil-e-o-primeiro-em-ranking-de-empreendedorismo+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). 2015. Acesso em: 20 set. 2016.

EXAME. **10 Perguntas para saber se sua ideia de negócio tem futuro.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/10-perguntas-para-saber-se-sua-ideia-de-negocio-tem-futuro>. Acesso em: 21 set. 2016.

GLOBO, g1. **Desemprego.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/desemprego-fica-em-112-no-trimestre-encerrado-em-abril-diz-ibge.html>. Acesso em: 17 ago. 2016.

INSCRIÇÕES 2016. **MEI inscrições e cadastro.** Disponível em: <http://xn--inscrites2016-pdb0r.com/mei-inscricoes-e-cadastro/>. Acesso em: 23 out. 2016

LACRUZ, A. J. **Plano de Negócios passo a passo:** Transformando sonhos em negócios. Vitória: 2006.

MANSUETO. **Carga Tributária no Brasil 33% do PIB.** Disponível em: <https://mansueto.wordpress.com/2016/05/16/carga-tributaria-no-brasil-33-do-pib/>. Acesso em: 02 nov. 2016.

HASHIMOTO, Marcos. **Mas, afinal, o que é empreender?** Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios. 2014. Disponível em <http://revistapegn.globo.com/Colunistas/Marcos-Hashimoto/noticia/2014/09/mas-afinal-o-que-e-empreender.html>. Acesso em 18 set. 2016.

LEI nº 8.212. 24 de julho de 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm). Acesso em: 04 ago. 2016.

LEI nº 8.213. 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 04 ago. 2016.

LEI nº 8.934. 18 de novembro de 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8934.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8934.htm). Acesso em: 02 nov. 2016.

LEI Nº 9.317. 05 DE dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9317.htm). Acesso em: 02 nov. 2016.

LEI COMPLEMENTAR nº 123. 14 de dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm). Acesso em: 08 out. 2016.

LEI COMPLEMENTAR nº 126. 15 de janeiro de 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp126.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp126.htm). Acesso em: 02 nov. 2016.

LEI COMPLEMENTAR nº 128. 19 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm). Acesso em: 04 ago. 2016.

LEI COMPLEMENTAR nº 155. 27 de outubro de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp155.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm). Acesso em: 06 nov. 2016.

PORTAL ARP. **Microempresas**. Disponível em: <http://blog.portalarp.com.br/?tag=microempresas> Acesso em: 23 out. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Microempreendedor Individual** Registro MEI. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.adm.br/>. Acesso em: 08 out. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **MEI** Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PORTAL MEI. **O blog do Microempreendedor Individual**. 2016. Disponível: <http://www.portalmei.org/>. Acesso em: 08 out. 2016.

PORTAL SEBRAE. **Ramos de atividades de uma microempresa**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:freDnuYwLV4J:http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/ramos-de-atividades,8ef89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD%2Bramos+de+atividades+de+uma+micro+empresa&hl=pt&gbv=2&ct=clnk>. Acesso em: 27 set. 2016.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/empreendedorismo>. Acesso em: 18 set. 2016.

RECEITA FEDERAL. **Simples Nacional**. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3> . Acesso em: 02 nov. 2016.

RECEITA FAZENDA. **Simples Nacional**. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Noticias/NoticiaCompleta.aspx?id=74453f77-0c7d-4945-92c4-3c7e43aa98b7> . Acesso em: 15 out. 2016.

SEBRAE, Biblioteca Interativa. **Como Elaborar um plano de negócios**. Disponível em: <http://bis.sebrae.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2016.

SEBRAE. **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 08 out. 2016.

SEBRAE. **Estudos apresentam perfil do Microempreendedor Individual**. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos\\_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD). Acesso em: 09 out. 2016.

SEBRAE. **O que é ser empreendedor?** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD%2Bempreendedorismo&hl=pt&gbv=2&ct=clnk>. 2016. Acesso em: 19 set. 2016.

SEBRAE. **Tudo que você precisa saber sobre MEI.** 04 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 08 out. 2016.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I

### QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DO CNPJ DOCENTES DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Você está convidado(a) a responder este questionário que faz parte da coleta de dados para elaboração de nosso TCC, sob responsabilidade das pesquisadoras **Débora Carvalho da Cunha e Emanuelli Carvalho da Cunha** e orientação do **Professor Wemerson Santos Corsa – Faculdade Doctum de Vitória**.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) Você é livre para deixar de responder quaisquer perguntas;
- b) Não é necessário apresentar justificativas para deixar de responder a esta pesquisa;
- c) Sua identidade será mantida em sigilo;
- d) Caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa;
- e) Para que este estudo obtenha a fidelidade desejada é necessário responder as questões com a maior sinceridade e exatidão possível.

***Agradecemos a colaboração.***

### QUESTIONÁRIO PARA DESENVOLVIMENTO DE TCC

#### 1- Qual é a classificação de sua empresa?

Microempreendedor Individual  Micro Empresa

#### 2- Qual é o ramo de atividade de sua empresa? (Pode marcar mais de uma opção).

Industrial *[Empresas industriais são aquelas que transformam matérias-primas, manualmente ou com auxílio de máquinas e ferramentas, fabricando mercadorias. Abrangem desde o artesanato até a moderna produção de instrumentos eletrônicos]*

Comercial *[Empresas comerciais são aquelas que vendem mercadorias diretamente ao consumidor – no caso do comércio varejista – ou aquelas que compram do produtor para vender ao varejista – comércio atacadista]*

Prestação de Serviços *[Empresas de prestação de serviços são aquelas cujas atividades não resultam na entrega de mercadorias, mas da oferta do próprio trabalho ao consumidor]*

#### 3- Qual o valor investido no ato da criação da empresa?

Até R\$10.000,00  Entre R\$11.000,00 e R\$30.000,00  Entre R\$31.000,00 e R\$50.000,00  Acima de R\$51.000,00

#### 4- Qual foi o prazo de retorno do investimento?

6 meses  1 ano  2 anos  5 anos  acima de 5 anos

**5- Por que as pessoas/empresas utilizam/utilizarão seus serviços/produtos?**

*(Pode marcar mais de uma opção)*

- Qualidade    Prazo de entrega    Atendimento    Preço  
 Outros \_\_\_\_\_

**6- Quais são os riscos do seu negócio?**

- Probabilidade *[Quanto maiores as chances de algo dar errado, maior a probabilidade e, portanto, maior o risco]*  
 Impacto *[a diferença entre o que se ganha e o que se pode perder, se algo der errado]*  
 **Incerteza** *[devido à falta de informações]*  
 **Complexidade** *[Quantidade de variáveis que influenciam a atividade]*  
 **Ameaças** *[Aquilo que gera o risco]*

**7- O que se faz para eliminar ou minimizar os riscos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**8- Qual o faturamento médio mensal alcançado?**

- Até R\$5.000,00    Entre R\$ 6.000,00 e R\$10.000,00    Entre R\$11.000,00 e R\$20.000,00    Entre R\$21.000,00 e R\$50.000,00    Acima de R\$51.000,00

**9- Pensa em ser um gerador de empregos?**

- Sim    Não

**10- Pretende mudar de Regime?**

- Sim    Não

**11- Em 5 anos quantos funcionários planeja ter?**

- 1    Entre 2 e 5    Entre 6 e 10    Acima de 10

**12- A Satisfação Pessoal está diretamente relacionada com a auto estima.**

**Diante desse fato queremos saber como você se sente. Seu negócio está alinhado aos seus valores internos e você se realiza ao executá-lo? (Pessoal x Profissional).**

- Sim    Não

**13- Quais são os seus planos de investimento futuro?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_